

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ALEXSON MEDEIROS BENICÁ  
ELINE DOS SANTOS BORGES**

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS**

**SÃO MATEUS  
2016**

**ALEXSON MEDEIROS BENICÁ**  
**ELINE DOS SANTOS BORGES**

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura  
em Educação Física da Faculdade Vale  
do Cricaré, como requisito parcial para  
obtenção do grau de Licenciado em  
Educação Física.**

**Orientador: Prof. Me. Daniel Jr. da Silva**

**SÃO MATEUS**

**2016**

**ALEXSON MEDEIROS BENICÁ**  
**ELINE DOS SANTOS BORGES**

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em 00 de mês de 0000.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**PROF.Me. DANIEL JR. DA SILVA**  
**FACULDADE VALE DO CRICARÉ**  
**ORIENTADOR**

---

**PROF. PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. ISABEL MATOS**  
**NUNES**  
**FACULDADE VALE DO CRICARÉ**

---

**PROF. PROF<sup>a</sup> Me. KELI SIMÕES**  
**XAVIER SILVA**  
**FACULDADE VALE DO CRICARÉ**

Dedicamos esse trabalho aos futuros Profissionais de Educação Física, para que sirva de auxílio no desenvolvimento do processo de inclusão em suas aulas de Educação Física. Levando-os a repensarem em sua prática pedagógica de ensino.

Agradecemos primeiramente a Deus, que nos permitiu chegar até aqui.

Agradecemos aos nossos familiares, que nos apoiam e sempre estão presentes em nossas vidas.

Agradecemos também, ao nosso Orientador Prof. Me. Daniel Junior da Silva, por suas orientações e ensinamentos precisos para o avanço desse trabalho.

Agradecemos em especial a todos os nossos Professores do Curso de Educação Física, que estiveram conosco durante esta caminhada de formação educacional.

Agradecemos ao Coordenador do curso de Educação Física Prof. Me. José Roberto Gonçalves de Abreu pela sua dedicação ao curso de Educação Física e aos acadêmicos.

Agradecemos as Escolas do município de São Mateus que nos permitiram desenvolver esta pesquisa.

Agradecemos aos acadêmicos do 7º período de Educação Física, pelo companheirismo e as amizades consolidadas nesses 3 anos e meio de estudos.

Agradecemos aos colaboradores da Faculdade Vale do Cricaré, pelo empenho em atender as nossas necessidades diárias.

Agradecemos em especial, ao nosso grupo de estudo “Só Elite”, composto pelos nossos amigos, Irusca da Costa, Rosilene Pinheiro e Wellington Polato, pelo companheirismo e pela amizade verdadeira.

“A educação inclusiva só começa com uma radical reforma da escola, com a mudança do sistema existente e repensando-se inteiramente o currículo, para se alcançar as necessidades de todas as crianças”.

Dulce Barros de Almeida

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| Quadro01 – Mapeamento das escolas de Ensino Fundamental do município de<br>São MateusES ..... | 34 |
| Quadro02 – Características dos alunos surdos .....  | 36 |

## RESUMO

Quando pensamos em Educação Física inclusiva, a ideia conceitual de inserção do aluno a disciplina, onde está associada à questão de todos os paradigmas que a inclusão traz em seu processo, esta se mostra capaz de formar cidadãos e pessoas críticas de pensamento, contribui intrinsecamente para o desenvolvimento deste processo. No entanto, consiste tornar o âmbito escolar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e inteligentes na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades. Sendo assim, este estudo busca relatar as estratégias de ensino utilizadas, o contexto elaborado pelos professores de Educação Física para a inclusão dos alunos surdos em suas aulas, dando-se então como temática: A Inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física escolar no município de São Mateus. A proposta é registrar através de observações e entrevista semiestruturada, as estratégias que estão sendo utilizadas para o desenvolvimento do ensino/aprendizagem destes estudantes. Através dos relatos dos professores, e com base em nosso referencial teórico, poderemos analisar se as estratégias de ensino utilizadas pelos profissionais desta área são eficazes para o desenvolvimento do aluno surdo, e de que forma essas estratégias auxiliarão futuros professores enquanto atuantes na área da Educação Especial. Abordaremos neste trabalho, os caminhos da educação dos surdos, e o contexto histórico da educação inclusiva, e a inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física escolar.

Palavras chaves: Educação, Educação física, Inclusão, Surdez.



## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>09</b> |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>  | <b>13</b> |
| 2.1 CONCEITUANDO A SURDEZ.....   | 13        |
| 2.2 O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS.....                | 15        |
| 2.3 A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.....                                     | 18        |
| 2.4 O PROCESSO DE INCLUSÃO DO SURDO NA ESCOLA.....                         | 20        |
| <b>2.4.1 O tradutor intérprete de LIBRAS educacional.....</b>              | <b>22</b> |
| <b>2.4.2 LIBRAS e a Formação dos Professores.....</b>                      | <b>25</b> |
| 2.5 A EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO.....                                    | 26        |
| <b>2.5.1 O aluno surdo nas aulas de Educação Física escolar.....</b>       | <b>28</b> |
| <b>3 METODOLOGIA .....</b>   | <b>31</b> |
| 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....  | 31        |
| 3.2PRODUÇÃO DOS DADOS NAS ESCOLAS.....                                     | 33        |
| 3.3RESULTADO DA PRODUÇÃO.....  | 35        |
| <b>4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....</b>                            | <b>37</b> |
| 4.1 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO NAS AULAS.....                                 | 37        |
| 4.2 A RELAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E INTÉRPRETE.....               | 38        |
| 4.3 O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E O ATENDIMENTO AO ALUNO SURDO.....     | 40        |
| 4.4 O PROFESSOR E A FORMAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA..... | 42        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>44</b> |
| <b>6 REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>46</b> |
| <b>APÊNDICE A.....</b>   | <b>51</b> |
| <b>APÊNDICE .....</b>  | <b>55</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>   | <b>69</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a Educação Física escolar vem discutindo sobre a perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência, visando sempre o desenvolvimento desse público como um todo, desenvolvendo estratégias de ensino, de práticas corporais, de comunicação e de valores socioculturais, considerando o processo inclusivo. Tais discussões contribuem para uma reflexão sobre a problemática Educação Inclusiva, no atendimento do aluno com deficiência na escola.

Ao considerarmos uma proposta de Educação Física Inclusiva (EFI) na escola, logo nos remete a primeira ideia de simplesmente incluir o aluno nas aulas, porém a EFI vai para além desse incluir. Com as discussões e paradigmas que o conceito de Inclusão traz em seu processo, a Educação Física, como uma disciplina capaz de formar cidadãos críticos e reflexivos, contribuiu para o desenvolvimento do processo de inclusão do aluno, não só na escola, mas em outros espaços/tempos de nossa sociedade. Nessa perspectiva, a EF escolar inclusiva desempenha um papel fundamental para a inclusão dos alunos com qualquer tipo de deficiência em suas aulas, inclusive os alunos surdos.

Para alcançar uma perspectiva inclusiva para alunos com surdez é preciso levar em consideração os fatores que dificultam a inclusão dos surdos nas escolas regulares. Assim como a relação da comunicação entre os alunos surdos e os ouvintes, que encontram barreiras linguísticas e a necessidade de um atendimento que considere esse elemento cultural. Essa relação implica diretamente no processo desde o planejamento até o processo final avaliativo do professor para com o aluno surdo, principalmente.

A carência de especialização de professores, a inserção do trabalho do tradutor-intérprete educacional nas aulas e a falta de espaço físico adequado, além da acessibilidade e os recursos oferecidos pela escola para o ensino aprendizagem destes alunos, também contribuem com processo de desmotivação dos professores que pensam em uma Educação Inclusiva de qualidade para esse público. Sendo assim, fica explícito que, para que haja a inclusão não basta só incluir o aluno surdo na sala de aula, mas faz-se necessário atender as suas expectativas educacionais, nos aspectos cognitivos, motores, socioculturais e afetivos.

Diante de alguns desses fatores citados, que dificultam o pensamento de uma proposta de Educação Física inclusiva no atendimento do aluno surdo nas escolas,lançando no nosso olhar principalmente sobre as dificuldades encontradas pelos professores, esta pesquisa abordará a seguinte problemática: Quais as estratégias de ensino que os professores de Educação Física escolar do município de São Mateus utilizam para a inclusão dos alunos surdos em suas aulas?

Diante do exposto, objetivamosde maneira geral investigar o planejamento, as escolhas das estratégias didáticas e/ou ações utilizadas pelos professores da rede municipal de ensino para incluir o aluno(a) surdo(a) em suas aulas de Educação Física. Como objetivos específicos, procuramos verificar se as estratégias de ensino dos professores de Educação Física atendem o aluno surdo e se atingem resultados significativos no processo de desenvolvimento educacional. Além disso, buscamos analisar os documentos legais da secretaria e da escola, projeto de atendimento ao surdo, registros e práticas dos professores em aula, e a participação do estudante surdo em horário regular no momento da EF.

Pensando na possibilidade do desenvolvimento humano, pessoas críticas e com conhecimento, os professores de Educação Física precisamse prepararpara a construção de atividades que sejam significativas para a formação social de todos os alunos.Para que alunos com surdez sejam incluídos nas aulas de Educação Física, o professor sempre busca proporcionar atividades em que todos os alunos possam ter empatia, não só com os alunos com deficiência auditiva, mas, com todas as pessoas que apresentem qualquer deficiência valorizando a socialização entre eles, com respeito e sentimentos de que as pessoas com deficiência passam por diversas dificuldades no seu cotidiano, ou seja, tanto no âmbito escolar, quanto na sociedade em geral.

O Professor de Educação Física, através de sua prática pedagógica comprometida com o desenvolvimento social, contribui sobremaneira no campo da educação inclusiva, fazendo uso de novas propostas e abordagens teórico-metodológicas, que estimulam a criatividade, a expressão corporal, a liberdade de movimentos, a ludicidade, enfim, implementam atividades capazes de proporcionar aos alunos experiências que favorecem a cooperação, a sociabilidade, bem como o seu desenvolvimento psicomotor (ZUCCHETI, 2011).

A disciplina de Educação Física deve dar oportunidade a todos os alunos, para que estes vivenciem e elaborem suas estruturas cognitivas, compreendendo assim, o significado do movimento humano. Entende-se, que promover o

desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo dos alunos com deficiência auditiva se torna de suma importância, para que todos possam se inserir nas aulas de Educação Física, sociabilizando com os demais alunos, despertando as suas capacidades motoras e habilidades intelectuais, seja na forma de pular, correr, saltar, dançar, rolar, se movimentar. Possibilitando então, aos professores de Educação Física uma estruturação corpórea de seu aluno, onde poderá desenvolvê-las com precisão.

A prática pedagógica contempla três dimensões: o saber, saber ser e o saber fazer, envolvendo assim, o aspecto pedagógico, o político e o técnico, os quais juntos visam à transformação social do ser humano e a construção de uma sociedade democrática. O professor desempenha a tarefa primordial de desenvolver ações e aplicar práticas educativas, adequando seus conceitos didático-metodológicos, sua postura pedagógica frente à necessidade do aluno, desenvolvendo princípios fundamentais para formação de uma sociedade, resultando suas ações em saber concreto.

Este estudo tomou direções, para uma pesquisa qualitativa do tipo descritivo-exploratória, onde foram utilizados como recursos, a pesquisa de campo e observação, e a coleta de informações em uma entrevista semiestruturada. Esta pesquisa foi realizada em sete Escolas da Rede Pública de Ensino Regular, inseridos em seu âmbito alunos surdos da cidade de São Mateus ES, com turmas do Ensino Fundamental.

A entrevista semiestruturada, foi direcionada especificamente aos Professores de Educação Física dessas escolas, onde foram norteadas algumas questões diretamente relacionadas com o objeto de estudo desta pesquisa. A entrevista semiestruturada é uma maneira de buscarmos informações junto aos entrevistados por meio de um roteiro prévio de questionamentos, tendo como objetivo garantir aos pesquisadores a coleta de todas as informações desejadas.

A Educação Física Escolar há muito tempo vem buscando meios e soluções para a melhoria da inclusão dos alunos com deficiências. Buscando sempre suprir as necessidades dos alunos para desenvolver o ensino/aprendizagem da melhor forma possível. Neste estudo, fez-se uma abordagem sobre as seguintes temáticas: 1) Conceituando a surdez; DAMASCENO, 2010; 2) O desenvolvimento histórico da educação dos surdos; LACERDA, 1998; 3) A Língua Brasileira de Sinais; DAMÁZIO, 2007; DAMASCENO, 2010; 4) O processo de inclusão do surdo na escola; 5) O

Intérprete de LIBRAS educacional; LACERDA, 2003; 6) LIBRAS e a formação dos professores; CRUZ e FERREIRA, 2005; 7) A Educação Física e a inclusão; 8) O aluno surdo nas aulas de Educação Física escolar.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Abordaremos a seguir temas relacionados à nossa linha de pesquisa, para compreendermos sobre o contexto histórico dos surdos, e seus conceitos. Em seguida, ressaltaremos o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS, apresentando a função do tradutor intérprete de libras educacional, e a LIBRAS e a formação dos professores.

Posteriormente, a pesquisa será direcionada para a Educação Física e Inclusão, no qual falaremos sobre os fatores que asseguram a Inclusão nas escolas e como a Educação Física vem exercendo o seu papel nessa perspectiva. E abordaremos sobre o aluno surdo nas aulas de Educação Física escolar, caracterizando as estratégias de ensino que vem sendo utilizadas pelos professores para o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem deste aluno.

### 2.1 CONCEITUANDO A SURDEZ

A comunicação é fundamental para a interação social, e a deficiência auditiva pode trazer graves consequências nesse processo de socialização. A pessoa pode nascer surda ou adquirir a surdez, seja por fatores genéticos ou através da herança genética, entre outros fatores como doenças adquiridas como sarampo, rubéola, uso de medicamentos, e muitas das vezes quando o indivíduo é exposto a sons intensos por longo período. Usualmente os conceitos mais empregados para classificar pessoas com deficiência auditiva são total ou parcial, congênita ou adquirida.

O Decreto 5.626/2005 (capítulo I, artigo 2º) ressalta:

[...] considera-se pessoa surda àquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005)

Ainda sobre os conceitos da surdez, Ballnyne, Martin, Martin, (1995apud DAMASCENO, 2010, p 11) na visão medica preocupa-se com os aspectos

quantitativos da perda auditiva, algo que o indivíduo não possui e o deixa deficiente de acordo com o grau de comprometimento, já na visão sociológica, o deficiente auditivo é caracterizado como um indivíduo diferente dos ouvintes que pertence a uma mesma diferença. Denomina-se ainda, a surdez como a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum.

Para diagnosticar o nível de surdez remanescente com mais precisão usa-se a audiometria, que é um exame que avalia a capacidade do paciente ouvir sons, onde é expresso num audiograma, que informa sobre o paciente. Essa perda é medida em DECIBEIS (dB) onde for maior o número de decibéis necessários para a pessoa responder, mais significativa será a perda auditiva.

Os graus de deficiência auditiva ou surdez dependem da perda da capacidade de ouvir que cada pessoa apresenta. Conforme o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu artigo 4º, parágrafo II, são definidas: De 25 a 40 decibéis surdez leve; De 41 a 55 decibéis surdez moderada; De 56 a 70 decibéis surdez acentuada; De 71 a 90 decibéis surdez severa; Acima de 91 decibéis surdez profunda e surdez total.

A surdez pode ser causada por diversos fatores, como as desordens genéticas ou hereditárias, relativas à consanguinidade, relativas ao fator RH, relativas a doenças infecto-contagiosas, como a rubéola, sífilis, citomegalovírus, toxoplasmosse, herpes, remédios ototóxicos, drogas, alcoolismo materno, desnutrição, subnutrição, carências alimentares, pressão alta, diabetes, exposição à radiação, pré-maturidade, infecção hospitalar, meningite, sarampo, caxumba, exposição contínua a ruídos ou sons muito altos, traumatismo craniano, entre outros.

É importante saber utilizar criteriosamente os termos deficiência auditiva e pessoas com surdez. Dentro de uma comunidade surda, algumas pessoas, com o grau de surdez leve ou moderada preferem ser chamadas de pessoas com deficiência auditiva, já as pessoas que tem a língua brasileira de sinais (LIBRAS) como a primeira língua e o grau de surdez maior que 90 decibéis preferem ser chamadas de pessoas surdas. A origem dessa diversidade de preferências está no grau da surdez. Portanto, o termo mais usado pela comunidade surda e sociedade em geral é: SURDO.

## 2.2 O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

A surdez ao longo de sua história vem alienada a cultura ouvinte, desde quando os surdos eram marcados como pessoas incapazes de aprender e relacionar-se, ditas como dementes. Essas características vinham sendo cultivadas pela falta de informação da sociedade, pelo despreparo da família e da comunidade.

Segundo Lacerda (1998), no início da história da educação dos surdos, acreditava-se que os mesmos deveriam aprender a língua dos ouvintes, para adaptarem-se à sociedade em que viviam. No começo do século XVIII, houve uma controvérsia entre oralistas e gestualistas, onde os oralistas exigiam que os surdos superassem sua deficiência auditiva e passassem a falar como ou ouvintes. Já os gestualistas compreendiam melhor as dificuldades de fala do surdo, percebendo assim que o surdo tinha a capacidade de desenvolver uma linguagem própria, que mesmo diferente da oral, facilitava a comunicação tanto entre a comunidade surda quanto entre surdos e ouvintes.

A educação dos surdos no Brasil se deu em 1855 a partir da chegada do professor surdo Francês Ernest Huert, por ter trazido uma carta de recomendação do ministro de instrução pública da França. Ele foi apresentado ao Reitor do colégio imperial D. Pedro II, onde foi criada a primeira escola de surdos no país contando com o apoio da nobreza que eram ligados ao então governo, mas com as dificuldades em que aquele tempo trazia em não haver uma ideia pública sobre a educação dos surdos, e as dificuldades impostas pelos familiares onde atrapalhava a concretização do seu trabalho.

Em 1856 apresentou o programa de educação para surdos utilizando a didática do surdo-mudo, método que se referia aquela época, esse processo era o mesmo utilizado por L'Épée, professor francês e percussor da educação pública das crianças e jovens surdos. Desenvolveu um método educacional apoiado na linguagem de sinais da comunidade surda e acrescentou a estes sinais uma estrutura mais próxima do francês e denominou de "sinais metódicos". Depois de dois anos de trabalho com sete surdos, Huert apresentou ao imperador. Pelo pouco tempo que Huert ficou no Brasil, não teve como desenvolver outros projetos, entre eles a de seu interesse, a formação de professores surdos.

O INES, Instituto Nacional de Surdos, fundado em 26 de setembro de 1857 pelo professor Huert com o apoio do então imperador D Pedro II, estando ligado



diretamente com a trajetória do surdo no Brasil, onde em 1871 teve a tentativa de introduzir o método oral não tendo sucesso, assim em 1873 inserindo o ensino profissionalizante. O método L'Épée permaneceu no Brasil até 1901, desde então a partir daí o instituído adotou a concepção Oralista na Educação dos Surdos, em 1930 instaurado a visão clínica, o instituto foi vinculado ao Ministério da Educação e Saúde.

Em 1880, aconteceu o II congresso Internacional, que trouxe mudanças no rumo da educação de surdos. O congresso foi preparado por uma maioria oralista com o propósito de dar força de lei as suas proposições em relação a surdez e a educação de surdos. Onde levou o método alemão a ganhar mais espaço nos países europeus.

Na década de 1960, começaram a surgir estudos sobre a língua de sinais utilizadas pelas comunidades surdas, ocorrendo um descontentamento diante destas pesquisas, deram origem a novas propostas pedagógico-educacionais em relação a educação de surdos. Surge então nos anos 70 a Comunicação total que como objetivo fornecia a criança a possibilidade de desenvolver uma comunicação real com seus familiares para que possam construir o seu mundo interno. Posteriormente surge o modelo de educação bilíngue, que se contrapõe ao modelo oralista porque considera o canal visogestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. Neste modelo, se propõe que sejam ensinadas duas línguas, a língua de sinais e a língua dos ouvintes.

Em 1970 mesmo com a concepção Oralista, professores apoiavam o desenvolvimento da Educação de Surdos e da Comunidade Surda. As primeiras associações de surdo no Brasil foram surgindo pela influência do professor ouvinte, Dr. Brasil Silvado Júnior que manteve contato com países do continente Europeu. Mesmo com esse avanço as associações eram comandadas pelos ouvintes onde o Oralismo mantinha ainda forte influência, mas a grande diferença alcançada pela Comunidade Surda foram os movimentos iniciados por surdos onde à cultura surda podia desvincular das ações propostas pelos ouvintes dentro das instituições. Em 1950 alunos do INES se encontravam em São Paulo na praça matriz, onde podiam conversar sem o contato com o ouvinte, podendo assim trocar informação em sua própria língua, naquela época também existiam atividades esportivas, mas eram praticadas com ouvintes por não terem espaços para praticar entre si.

A primeira associação de surdos foi fundada em São Paulo em 19 de Março em 1954, mas isso se deu primeiramente a uma viagem feita por um surdo que participava desses encontros e viajou para Buenos Aires onde conheceu surdos que participavam dessas associações, e então convidado a visita-las pôde ver que eles tinham espaço próprio. Assim, a seu retorno com essas informações os surdos ficaram admirados e em contato com a diretoria dessa associação trazendo para o Brasil a primeira associação de surdos do país, onde em seguida veio a ser criada a do Rio de Janeiro em 1955 e posteriormente em 1956 à associação de Surdos de Minas Gerais.

Segundo LACERDA (1998), foi no início do século XVI que começa a admitir que os surdos possam aprender através de procedimentos pedagógicos. Relatos de pedagogos que se dispuseram a trabalhar com surdos começam a surgir nesse período, apresentando assim, diferentes resultados obtidos com essa prática pedagógica. Nesta época, cada pedagogo trabalhava discretamente, pois queriam manter segredo sobre as suas descobertas, não compartilhando e nem trocando experiências com os outros. Por conta disso torna-se difícil saber o que realmente era ensinado naquela época para os surdos, pois:

Nas tentativas iniciais de educar o surdo, além da atenção dada à fala, a língua escrita também desempenhava papel fundamental. Os alfabetos digitais eram amplamente utilizados. Eles eram inventados pelos próprios professores, porque se argumentava que se o surdo não podia ouvir a língua falada, então ele podia lê-la com os olhos. Falava-se da capacidade do surdo em correlacionar as palavras escritas com os conceitos diretamente, sem necessitar da fala. Muitos professores de surdo iniciavam o ensinamento de seus alunos através da leitura-escrita e, partindo daí, instrumentalizavam-se diferentes técnicas para desenvolver outras habilidades, tais como leitura labial e articulação das palavras (LACERDA 1998, p 02).

Durante este período da educação dos surdos, muitos dos alunos tiveram progresso no desenvolvimento da escrita, muitos deles tornaram-se professores de surdos utilizando-se do método de L'Épée, os sinais metódicos, que foram implementados e aprimorados nessa época.

O Oralismo vigorou na educação do aluno surdo por um longo período, até mesmo nos dias atuais encontramos escolas de educação de surdos que seguem essa perspectiva. Nesta filosofia são utilizados três elementos para o seu desenvolvimento, que são: o treinamento auditivo, a leitura labial e o desenvolvimento da fala, também o uso da prótese individual que amplifica os sons, com o objetivo de aproveitar os resíduos auditivos do aluno surdo, possibilitando aos mesmos a comunicação oral (SILVA, 2003).

Essa proposta de aproveitar os resíduos auditivos do aluno, também se dá na escola de ensino regular, onde os alunos, mesmo com o apoio dos intérpretes de libras, procuram os meios clínicos para uso de aparelhos auditivos em busca desses resíduos, e em busca de possibilidades para desenvolvimento da comunicação oral.

As famílias dos alunos surdos, requerendo os direitos adquiridos, como possibilidades do acompanhamento do intérprete em sala de aula, atendimento educacional especializado na escola, e com a proposta de ensino da rede municipal voltado para a inclusão, os familiares desses alunos ainda tem esperança que a criança surda ainda venha a ouvir, e posteriormente vir a se comunicar através da oralidade.

Essa busca pela oralidade, talvez esteja relacionada à autoproteção dos pais, relacionadas às possíveis dificuldades que o surdo encontrará no âmbito escolar, e na vida social fora da escola. Embora nos dias de hoje a inclusão esteja em evidência na sociedade, em instituições e escolas. Promovendo a inclusão desses alunos, preparando-os para a vida em sociedade.

### 2.3 A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Pensar a educação de surdos implica nos processos linguísticos que ela vem se constituindo sob a contextualização dos surdos. A comunicação é um fator indispensável no desenvolvimento humano, através da fala se organizam os pensamentos e as expressões corporais.

Durante o processo de educação dos surdos, ocorreram vários impasses para que houvesse a inserção da língua de sinais nas escolas. Este fato se deu, pela necessidade em que o surdo tinha em aprender uma língua que contribuísse para o seu desenvolvimento, buscando assim proposta de ensino no campo viso gestual. Porém a inserção da língua de sinais nas escolas só foi assegurada a partir da Lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências, a saber:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais -

Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor. Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa (BRASIL, LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002).

A Língua Brasileira de Sinais é uma língua comparável em complexidade e expressividade a qualquer língua oral. Expressa ideias sutis, complexas e abstratas. A Língua de Sinais não é universal. Cada uma tem sua própria estrutura gramatical. Como em cada país as pessoas ouvintes falam diferentes línguas, também as pessoas Surdas por toda parte do mundo, que são inseridas em Culturas Surdas, possuem suas próprias línguas, existindo assim Língua de Sinais Francesa, Língua de Sinais Alemã, etc. (DAMASCENO, 2010, p. 13).

Segundo Damasceno(2010), a LIBRAS é composta por sinais e datilologia. A datilologia é um sistema de representação simbólica ou iônica das letras dos alfabetos das línguas orais escritas, por meio das mãos. É útil para se entender melhor a comunidade surda, faz parte da sua cultura e surge da necessidade de contato com os cidadãos ouvintes.

Os sinais são formados a partir de algumas características como, a configuração das mãos, o ponto de articulação, o movimento, a orientação/direcionalidade e a expressão facial ou corporal.

Damasceno(2010) nos revela que:

A Libras como as diversas línguas naturais e humanas existentes, é composta por níveis linguísticos como: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Da mesma forma que nas línguas orais-auditivas existem palavras, nas línguas de sinais também existem itens lexicais, que recebem o nome de sinais. A diferença é sua modalidade de articulação, a saber, visual-espacial, ou cinésico-visual, para outros. Assim sendo, para se comunicar em Libras, não basta apenas conhecer sinais. É necessário conhecer a sua gramática para combinar as frases, estabelecendo comunicação. Os sinais surgem da combinação de configurações de mão, movimentos e de pontos de articulação — locais no espaço ou no corpo

onde os sinais são feitos, os quais, juntos compõem as unidades básicas dessa Língua. Assim, a Libras se apresenta como um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Como qualquer língua, também existem diferenças regionais, portanto deve-se ter atenção às variações praticadas em cada unidade da Federação.(DAMASCENO, 2010, p 16).

A Língua Brasileira de Sinais é um sistema linguístico legítimo e natural dos surdos, sendo ela gestual-visual e com estrutura independente da Língua portuguesa. A Língua Brasileira de Sinais possibilita o desenvolvimento linguístico, social e intelectual das pessoas que a utiliza para a comunicação, favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural, e a integração na sociedade. As pessoas surdas consideram que por ser a Libras uma língua própria da comunidade surda brasileira, deve-se procurar garantir que o ensino desta língua seja realizado, preferencialmente, por professores/instrutores surdos, viabilizando dessa forma maior riqueza interativa cultural entre professor/instrutor surdo e alunos.

## 2.4 O PROCESSO DE INCLUSÃO DO SURDO NA ESCOLA

As pessoas com deficiência auditiva, ao longo do tempo enfrentam inúmeros entraves para atuar na educação escolar. Vários pesquisadores oferecem contribuições à educação de alunos com surdez na escola regular, ressaltando a valorização das diferenças no convívio social e o reconhecimento do potencial de cada ser. Pela falta da comunicação, os surdos ainda encontram dificuldades para serem incluídos no âmbito escolar.

Sobre o acesso a educação, a Constituição Federal de 1988 assegura que:

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206 (\*) O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade.

A Lei nº 13.146 de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em seu capítulo IV, artigo 27, dispõe que as pessoas com deficiência têm direito à educação e a um sistema educacional inclusivo tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental, médio e superior, a fim de garantir que a pessoa com deficiência desenvolva seus talentos e habilidades em geral.

O número de pessoas surdas matriculadas nas escolas regulares cresce cada vez mais. E é preciso encontrar meios eficazes para incluir esses alunos e garantir a aprendizagem em todos os segmentos. Refletir sobre a educação de pessoas com surdez requer ir além das propostas educacionais, pensando nestes indivíduos como cidadãos que têm todos os direitos de atuar na sociedade com as mesmas oportunidades que apresentam os ouvintes.

O Decreto Federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, estabelece que alunos com deficiência auditiva tenham o direito a uma educação bilíngue nas classes regulares. Isso significa que eles precisam aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita como segunda língua. Por isso, a Língua Brasileira de Sinais deve ser adquirida pelas crianças surdas o mais cedo possível, o que em geral acontece na escola preferencialmente na interlocução com outros surdos ou com usuários da Libras.

As pessoas com surdez enfrentam inúmeras dificuldades para participar da educação escolar, devido à perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio-afetivo, linguístico e político-cultural, e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem (DAMÁZIO, 2007 p. 13).

Poker (2001, apud DAMÁZIO, 2007 p.13) afirma que as trocas simbólicas provocam a capacidade representativa desses alunos, favorecendo o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento, em ambientes heterogêneos de aprendizagem. No entanto, existem posições contrárias à inclusão de alunos com surdez nas turmas comuns, em decorrência da compreensão das formas de representação da surdez como incapacidade ou das propostas pedagógicas

desenvolvidas tradicionalmente para atendê-las que não consideram a diversidade linguística.

Diante desses fatos, compreendemos que a inclusão dos surdos nas escolas é submetida a vários impasses, seja na comunicação, na socialização com meio ou na familiarização desse aluno diante os critérios de aprendizagem que a escola oferece. Sabemos que, algumas leis asseguram a inclusão do aluno surdo na escola, promovendo a aprendizagem de maneira igualitária estabelecendo uma educação inclusiva com atendimento educacional especializado, espaço físico adequado, salas de recursos, capacitação dos profissionais, transportes, entre outros aspectos. Mas a verdade surge, quando nos deparamos com o fracasso desses alunos surdos perante a aprendizagem ofertada pela escola. Somente as leis que asseguram e inserem o aluno surdo nas escolas não bastam, para continuar o desenvolvimento e o progresso desses alunos no ensino.

Com relação à inclusão dos surdos nas escolas, a pertinência do erro comum, é que muitas escolas visam o atendimento educacional especializado e o intérprete de libras na sala de aula, como os “salvadores” das pessoas com deficiência. A escola necessita oferecer a estes alunos, uma educação bilíngue, pois como a educação deve ser acessível a todos, a língua como parte primordial para o desenvolvimento da comunicação, também deve ser acessível para todos, desenvolvendo assim, uma melhoria em relação ao ensino dos alunos surdos.

#### **2.4.1 O tradutor intérprete de LIBRAS educacional**

O Intérprete de Libras é a pessoa que, sendo fluente em língua de sinais com competências e habilidades tradutoras, possuindo capacidade de traduzir uma língua sinalizada para uma língua oral ou vice-versa.

Os Intérpretes de Libras surgiram, a partir da necessidade da comunidade surda de ter uma pessoa para auxiliar no seu processo de comunicação e, para que isso se tornasse realidade, fez-se necessário que houvesse a oficialização da Língua Brasileira de Sinais - Libras. A iniciação dos interpretes de libras destacava-se em trabalhos voluntários e em situações informais, e o trabalho de interpretação era realizado por filhos de pais de surdos, amigos ou membros da família. Por não

haver formação entre essas pessoas. Por ainda não ser reconhecida oficialmente, a língua de sinais era utilizada apenas de maneira informal.

A Lei 12.319 de 1 de Setembro de 2010, em seu artigo 6º descreve as atribuições do tradutor intérprete de libras no exercício de sua competência:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

O tradutor intérprete de libras deve atuar juntamente com o professor no que diz respeito à educação da pessoa surda, dividindo inquietações, buscando soluções conjuntas e trocando a partir de seu papel de intérprete de língua de sinais, que é o de auxiliar a criança surda na aquisição de conhecimentos, aspectos da prática pedagógica podem ser revistos e melhorados. (LACERDA, 2003, p. 10)

O Decreto 5.626/2005, em seu capítulo VI, aborda sobre a inclusão de alunos surdos com a presença de intérpretes de LIBRAS nas escolas, como descrito no:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa. [...] Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação. § 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo. § 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005).

Com relação à formação dos intérpretes de libras o Decreto 5.626/05, viabiliza que:



Art. 4o A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput. Art. 5o A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue. Art. 6o A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de: I - cursos de educação profissional; II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

A resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 aborda para as necessidades em relação às questões linguísticas das pessoas surdas e sugere a possibilidade da inserção do intérprete educacional nas escolas:

Art 12. § 2 o Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes e às suas famílias a opção 4 pela abordagem pedagógica que julgarem adequada, ouvidos os profissionais especializados em cada caso.

A atuação do tradutor intérprete educacional, visando à inclusão, envolve ações que vão além da interpretação dos conteúdos em sala de aula. Ele media a comunicação entre professores e alunos, alunos e alunos, pais, funcionários e demais pessoas da comunidade em todo o âmbito da escola e também em seminários, palestras, fóruns, debates, reuniões e demais eventos de caráter educacional.(DAMÁZIO, 2007, p. 43)

Portanto, é desejável que o tradutor intérprete de língua de sinais participe do planejamento das aulas junto com o professor, promovendo assim, maior segurança ao ensino dos conteúdos para os alunos surdos, e a aquisição dos conhecimentos se tornaria facilitada para eles.

O intérprete não pode ser responsabilizado pela aquisição de conhecimentos do aluno. É preciso que a atuação do intérprete se forme em parceria com o professor, onde ambos cumpram o seu papel, cooperando um com o outro, sugerindo ideias, promovendo assim, melhor condição de aprendizagem para a criança surda. (LACERDA, 2003 p. 14)

A função do intérprete é de suma importância na construção de pensamentos da pessoa surda, atribuindo-lhe a essas pessoas a capacidade da comunicação e interpretação da mesma com a sociedade ouvinte. A língua brasileira de sinais deve ocorrer dentro de um processo educativo, assim, os professores precisam reconhecer a LIBRAS como a primeira língua para os surdos, buscando então estratégias para o ensino dos mesmos.

#### **2.4.2 LIBRAS e a Formação dos Professores**

Referente a Libras e a formação dos professores, o Decreto 5.626/2005 em seu capítulo II, aborda a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, como exposto a seguir:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. § 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério (BRASIL, DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005).

A formação dos professores de Educação Física para a atuação na educação inclusiva, ainda se encontra incipiente. Esta questão está relacionada às carências de recursos físicos e metodológicos na formação em Educação Física para a atuação na educação inclusiva, gerando assim, fragilidades que afetam todo o processo educacional inclusivo.

Houve grandes avanços em relação aos aspectos curriculares da formação em Educação Física para a atuação na educação inclusiva, a partir da reestruturação do currículo dos cursos de formação inicial, devido à obrigatoriedade de disciplinas que abordem temáticas voltadas para as pessoas com deficiência, principalmente nos cursos de licenciatura.

Segundo CRUZ e FERREIRA 2005, o processo de formação continuada não dá subsídios para uma boa elaboração do processo inclusivo, somente a graduação e os cursos complementares não garantem a qualidade desse processo de inclusão. Ao término da formação o profissional se depara com diversas situações ao

desenvolver a educação inclusiva, um exemplo disso, é a relação desse profissional em um ambiente onde são vários os tipos de deficiência.

O conhecimento da LIBRAS permite ao professor a busca de novos métodos de ensino, facilitando o relacionamento entre professor e aluno. De acordo com Almeida e Vitaliano (2012, p.4):

O conhecimento da Libras [...] quanto à sua estrutura lexical, sintática e semântica, seria fundamental ao professor, no sentido de buscar formas de explicar um conteúdo de modo mais claro e sucinto, facilitando o trabalho do tradutor-intérprete, bem como possibilitar uma melhor interação entre professor e aluno.

Segundo Cruz (2001, apud FILUS e JUNIOR, 2004), destaca que a competência do professor de Educação Física para atuar junto aos alunos com deficiência, abrange a organização de ambientes que permitam a execução de tarefas motoras adequadas ao seu processo de desenvolvimento, além de possuir conhecimentos específicos sobre a deficiência e também aos relacionados à aprendizagem, ao desenvolvimento motor e à metodologia do ensino da Educação Física.

## 2.5 A EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO

Quando pensamos em Educação Física inclusiva, rapidamente veem em mente a simples ideia de inclusão, ou seja, incluir os alunos nas aulas de Educação Física, ou ainda, incluir aquele aluno na atividade que está sendo aplicada. A Educação Física inclusiva vai muito além do simples fato de incluir. Para incluir precisa-se instruir, para instruir precisa-se planejar, para planejar precisa-se desenvolver e para desenvolver necessita-se perceber a relevância de alguns aspectos que poderão auxiliar ou dificultar o processo de ensino aprendizagem e inclusão.

A Educação Inclusiva é a educação que leva para a escola pessoas com necessidades educacionais especiais e que inclui estas nas aulas de Educação Física Escolar. De acordo com a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, rege que a oferta de educação escolar para pessoas com deficiência a partir do seu nascimento, com métodos, currículos, técnicas, recursos educativos e organizações

específicas, para atender às suas necessidades, preferencialmente em escolas regulares. (BRASIL, 1996). No entanto, o processo de inclusão educacional das pessoas com deficiências no ensino comum ficou mais claro a partir da Resolução de 2/2001, de 11 de fevereiro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Essa resolução, entre outras considerações, determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, p. 1).

Porém, sabe-se que o processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular, apesar da legislação brasileira ser avançada e objetiva, na prática não está muito claro e sua evolução ainda é lenta. A Educação Física entra neste processo como intermediadora da inclusão, quebrando os paradigmas da inclusão fortalecendo o elo com a escola, os alunos e a sociedade.

Com o impulso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB de 1996, as iniciativas efetivas de inclusão da pessoa com deficiência na escola iniciam um novo momento, no qual há privilégios de comprometimento no plano governamental e inquietação, angústia e impasse diante da nova situação por parte dos profissionais da educação. Várias pesquisas foram feitas em pró da inclusão. Desenvolvendo propostas para a capacitação de professores, estruturação do ambiente escolar, projetos interdisciplinares entre outros, que vem se agregando ao processo de inclusão dos alunos com deficiência auditiva.

A homologação da LDB 9.394, de 24 de dezembro de 1996, fortemente influenciada pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e pelas recomendações da Declaração de Salamanca (1994), desencadeou amplo processo de mudanças no sistema educacional, nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Uma dessas mudanças foi à implantação da política de inclusão das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais na rede regular de ensino, modificando a sistemática de atendimento adotada até então, que segregava essas pessoas em instituições especializadas e em classes especiais. Com a aprovação dessa lei e com o acordo feito em Salamanca, consolidou-se a proposta da Educação Inclusiva, segundo a qual as pessoas com Necessidades Educacionais

Especiais devem participar em condições de iguais do processo educativo das escolas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). (MEC/SECADI)

Posteriormente, foram lançados outros documentos complementares à LDB 9394/96. Dentre os principais, citamos: o Plano Nacional de Educação — Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001; o Parecer nº 17, de 3 de julho de 2001, documento que fundamenta a Resolução 2/01; a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Adaptações Curriculares — estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais (1999); e os PCNs (2002), relacionados com a Educação Física de 5º a 8º série. (CHICON FRANCISCO, 2013, p.86)

Mesmos com todos esses documentos e todas as propostas até aqui alcançadas, estamos longe de atingir a qualidade total no atendimento aos alunos com deficiência.

### **2.5.1 O aluno surdo nas aulas de Educação Física escolar**

A Educação Física, por sua vez, vem contribuindo com o processo inclusivo, onde busca garantir a acessibilidade e inclusão em suas aulas junto com as ouvintes. Sabe-se que o processo de inclusão do aluno surdo vem acontecendo lentamente, mas, por outro lado, a Educação Física tem subsídios necessários para promover e auxiliar neste processo.

Visando esta afirmação, o professor através da pedagogia de trabalho voltado para inclusão tem total capacidade de incluir o aluno surdo em suas aulas sempre respeitando suas limitações e características, respeito esse que também o professor tem que ter com os alunos não deficientes. A importância da participação dos alunos surdos nas aulas de Educação Física favorece a integração, capacidades perceptivas, afetivas de integração e inclusão social fazendo com que aluno amplie suas relações sociais e ideias podendo ter mais autonomia em suas decisões.

O professor deve buscar métodos e criar adaptações para o processo de inclusão dos alunos surdos, pois ele assume um papel fundamental na construção social desse aluno. As atividades tem que contemplar as diferenças, a diversidade, relevância social, criando autonomia dos alunos seja qual for sua deficiência ou limitação. O aluno com deficiência auditiva, seu campo de aprendizagem é o campo visual, e por esse motivo que o professor de Educação Física deve explorar atividades que favoreça a sua inclusão.

Cabe lembrar que na escola quando falamos de inclusão dos alunos com deficiência, não implica a exclusão dos alunos com não deficiência, e não fazer aulas separadas e sim aplicar atividades que ambos participem e interajam entre si. Dominando o ato da interação estaremos promovendo a criticidade de ambos, pois a relação escolar entre os alunos será o início para um convívio social fora da escola e esse convívio abre portas para o respeito mútuo.

A formação dos professores inicia-se a partir do seu ingresso na vida acadêmica na faculdade, e cabe a ela estar promovendo informação de todo o processo que os alunos surdos tiveram ao longo da história, passando pelo extermínio em algumas culturas, pela segregação, chegando às atividades médicas, integração e inclusão. Sabe-se que integração e inclusão têm objetivos diferentes, pois para leigos no assunto podem ser confundido ou até mesmo expressado em situações distintas.

Relatando sobre ambos, a integração promove a participação do aluno surdo, mas não cria mecanismo para que ele possa participar não se preocupando com o seu desenvolvimento e interação, mas sua acessibilidade e de total responsabilidade do indivíduo. Diferentemente da inclusão em que a responsabilidade é de todos, todos estão comprometido com a acessibilidade, mecanismo de ensino, bem estar ou qualquer outra forma que leve o aluno a estar incluso no meio escolar e social.

A inclusão do aluno surdo deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, onde irá garantir que os alunos surdos utilizem os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania.

O aperfeiçoamento da escola comum em favor de todos os alunos é primordial. Esta autora observa que os professores precisam conhecer e usar a Língua de Sinais, entretanto, deve-se considerar que a simples adoção dessa língua não é suficiente para escolarizar o aluno surdo. Assim, a escola comum precisa implementar ações que tenham sentido para os alunos em geral e que esse sentido possa ser compartilhado com os alunos. Mais do que, a utilização de uma língua, os alunos surdos precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento, explorem suas capacidades, em todos os sentidos. (DAMÁZIO, 2007, p.14).

### 3 METODOLOGIA

Nesta seção abordaremos os métodos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa, sendo elaborados da seguinte forma: Classificação da pesquisa, que irá relatar de forma técnica o método de pesquisa utilizado para melhor compreensão e esclarecimentos dos dados; Produção dos dados na escola, onde iremos caracterizar os instrumentos da coleta de dados nas escolas; Resultado da produção, que irá promover uma breve discussão ao que se obteve com a coleta de dados, com intuito de proporcionar um melhor entendimento de como foi realizada todas as etapas da construção deste estudo.

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Para identificar as estratégias de ensino que vem sendo desenvolvida pelos professores de Educação Física do ensino regular com alunos surdos no município de São Mateus, assim como compreender como essas estratégias de ensino favorecem no processo de inclusão e no desenvolvimento de ensino e aprendizagem dos alunos, optou-se por abordar uma pesquisa a partir da abordagem qualitativa de cunho estudo de campo, estimulando os entrevistados a pensarem livremente sobre o tema e objetivo desta pesquisa.

Segundo Gerhardt e Silveira(2009), a pesquisa qualitativa tem a preocupação com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Busca explicar o porquê e/ou o como das coisas, exprimindo o que convém ser feito. Preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Em relação à pesquisa de campo, Gil(2008, p.76) ressalta que os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa. Nesse sentido, Marconi e Lakatos(2003, p.69) ressaltam:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir



informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los.

No desenvolvimento deste estudo utilizamos como instrumentos para produção de dados: entrevista semiestruturada com os professores de Educação Física das escolas; as observações das aulas de Educação Física, que foram realizadas com as turmas que continham alunos surdos; além da leitura nos registros oficiais como o documento da secretaria de educação de São Mateus, projetos pedagógicos das escolas, plano de ensino e planos de aulas dos professores da rede.

Sobre a entrevista semiestruturada, entendemos que o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal (MARCONI E LAKATOS, 2003, p.82).

Em relação à observação, de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.76), é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. Ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. Tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema.

Diante aos documentos oficiais e registros, fez-se uma leitura nas Leis, Decretos e Resoluções do município de São Mateus que asseguram a inclusão das pessoas com deficiências na escola, bem como o auxílio a acessibilidade dos mesmos como: a LEI nº 327/2004, que institui o sistema municipal de ensino de São Mateus, estado do Espírito Santo ES e se dá outras providências; e a LEI nº 1.517/2015, que regulamenta e estabelece normas de atendimento aos alunos público alvo da educação especial nas instituições de educação infantil e ensino

fundamental do sistema municipal de educação de São Mateus. Dentro deste mesmo processo, foi realizado a leitura no plano de disciplina (documento referência da Educação Física do município de São Mateus) e planos de aulas dos professores, além de um projeto pedagógico voltado para a inclusão escolar.

Para a análise de dados, utilizamos o exame de especificação, leitura que tem por objetivo a explicitação sobre até que ponto as relações entre as variáveis independente e dependente são válidas: como, onde e quando (MARCONI E LAKATOS, 2011, p.21).

### 3.2 PRODUÇÃO DOS DADOS NAS ESCOLAS

Com o apoio da Secretaria de Educação do Município de São Mateus, foi realizado um mapeamento das escolas de ensino regular no município de São Mateus, onde estas se inserem alunos com deficiência auditiva. Buscou-se pelas escolas de ensino regular, que atendessem aos seguintes critérios: Escolas com Atendimento Educacional Especializado; Escolas com Professores de Educação Física e Escolas com Alunos Surdos. Sendo catalogados no quadro 01. Após esse mapeamento das escolas, foram selecionadas sete escolas, das quais apresentavam os três critérios acima mencionados, representados por asterisco ( \* ) no quadro a seguir.

## MAPEAMENTO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS ES

| E<br>S<br>C<br>O<br>L<br>A<br>S | Escolas que tem Educação Física, tem aluno surdo e que faz o Atendimento Educacional Especializado | Escolas que NÃO tem Educação Física, tem aluno surdo e que faz o Atendimento Educacional Especializado | Escolas que tem Educação Física, tem aluno surdo e NÃO faz o Atendimento Educacional Especializado | Escolas que NÃO tem aluno surdo, tem Educação Física e faz o Atendimento Educacional Especializado |
|---------------------------------|--|--|--|--|
|                                 | *EMEF Mercedes de Aguiar   | EMEF João Pinto Bandeira (EJA)   | *EMEF Vereador Laurindo Samaritano   | EMEF Anedina   |
|                                 | *EMEF Dora Arnizaut Silvares   | EMEF Dora Arnizaut Silvares (EJA)  | *EMEF Roseli Pires Clemente  | EMEF Lilazina Gomes  |
|                                 | *EMEF Golfinho   | -  | *EMEF Maria da Cunha Fundão  | EMEF Ayrton Senna  |
|                                 | *EMEF KM 35  | -  | -  | EMEF Vila verde  |
|                                 | -  | -  | -  | EMEF Paulista  |
|                                 | -  | -  | -  | EMEF Guriri  |
|                                 | -  | -  | -  | EMEF Valério Coser   |
|                                 | -  | -  | -  | EMEF Ouro Negro  |
|                                 | -  | -  | -  | EMEF Córrego do Milanês  |
| -                               | -  | -  | EMEF Maria Francisca   |  |

**QUADRO 01: MAPEAMENTO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS ES**

As observações das aulas foram realizadas entre o dia 24 de Outubro a 10 de Novembro, no período de dois dias em cada escola, onde se seguiu alguns critérios para a coleta de informações, tais como: a relação professor/aluno e relação aluno/aluno; o comportamento do(a) aluno(a) surdo(a) na sala de aula e nas aulas práticas; e a comunicação entre os ouvintes.

A coleta de dados por meio dos documentos oficiais se deu através da leitura dos documentos (planos de aula, plano de ensino, projetos pedagógicos). Onde foram analisados conforme os registros feitos nesta pesquisa, como a LEI nº 10.436 de 24/2002, LEI nº 9.394 de 20/1996, LEI nº 13.146 de 06/2015, Decreto nº 3.298 de

20/1999, Decreto nº 5.626 de 22/2005, Resolução CNE/CEB nº 2 de 11/2001 e a Constituição Federal de 1988. Com a leitura desses documentos constatou-se que a maioria das escolas visitadas, não trabalha com projetos pedagógicos voltados para a inclusão escolar, e que os professores seguem a Proposta Pedagógica do Município para o planejamento de suas aulas. Considerando o aluno surdo em sua turma, a maioria dos professores de Educação Física não faz adaptações em suas atividades, por motivo de não se fazer necessário essa adaptação, devido à deficiência auditiva ser de fácil manejo para se desenvolver o ensino.

A entrevista foi um dos principais instrumentos para coleta de dados, pois nos deu subsídios para a construção de nossas análises e discussão sobre o problema deste estudo. Com a entrevista semiestruturada, foram elaboradas três perguntas abertas, nas quais os principais sujeitos da entrevista, que foram os professores de Educação Física das escolas de ensino regular no município de São Mateus, e como colaboradores de algumas informações, conversamos com os intérpretes de Libras educacionais das escolas.

As questões foram elaboradas da seguinte forma: 1º) Como você planeja as suas aulas, tendo um aluno surdo na turma?; 2º) Como você avalia o aluno surdo nas aulas de Educação Física? e 3º) De que forma, suas aulas contribuem para o desenvolvimento de ensino e aprendizagem do aluno surdo? A entrevista foi direcionada aos professores de Educação Física das escolas de ensino regular no município de São Mateus ES. Sendo que todos os entrevistados trabalham com alunos com deficiência auditiva em sua escola.

### 3.3 RESULTADO DA PRODUÇÃO

A entrevista foi realizada com os sete professores de Educação Física das escolas mencionadas no Quadro 01, destacando a colaboração de cinco intérpretes dessas escolas, na coleta de dados. As escolas onde foi realizada esta pesquisa são escolas do município de São Mateus, sendo que cinco escolas são localizadas na região urbana, e duas escolas são do campo.

Foram constatadas durante as observações algumas características dos alunos surdos, que se fez relevante para nossa pesquisa e construção da análise de dados. Representados no quadro a seguir:

| CARACTERÍSTICAS DOS ALUNOS SURDOS |      |        |  |   |
|-----------------------------------|------|--------|--|---|
| ALUNOS SURDOS                     | SEXO | SERIE  | USA APARELHO AUDITIVO, FALA ORAL E GESTUAL | NÃO USA APARELHO AUDITIVO, FALA EM LIBRAS |
| Aluno 01                          | F    | 3º ANO | X  |   |
| Aluno 02                          | F    | 2º ANO | X  |   |
| Aluno 03                          | F    | 5º ANO |  | X   |
| Aluno 04                          | F    | 5º ANO |  | X   |
| Aluno 05                          | M    | 4º ANO |  | X   |
| Aluno 06                          | M    | 1º ANO |  | X   |
| Aluno 07                          | M    | 6º ANO |  | X   |
| Aluno 08                          | F    | 6º ANO |  | X   |
| Aluno 09                          | F    | 8º ANO |  | X   |

**QUADRO 02: CARACTERÍSTICAS DOS ALUNOS SURDOS**

É importante destacarmos que as observações realizadas nas escolas, nos mostrou dois fatores interessante a serem discutidos. Foram encontrados nas escolas dois alunos surdos com múltiplas deficiências, sendo o Aluno 07 com deficiência auditiva associada à deficiência física e intelectual, e Aluno 05 com deficiência auditiva associada à deficiência intelectual. Outro fator que nos chamou a atenção foi à questão da Aluna 08 com deficiência auditiva sofrendo de depressão na escola.

Com a observação das aulas de Educação Física, construiremos uma narrativa dos dados conciliando com os dados da entrevista e das leituras dos documentos oficiais e os documentos encontrados nas escolas.

## 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Com a realização das leituras e classificação da pesquisa e dos instrumentos da coleta de dados, abordaremos a seguir a análise e interpretações dos dados, construindo uma narrativa das falas dos professores entrevistados e intérpretes, os quais identificaremos número, e as informações obtidas durante a pesquisa de campo.

### 4.1 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO NAS AULAS

Com base nas leituras feitas nos documentos e registros, como também nas entrevistas dos professores de Educação Física, podemos perceber que, ao trabalhar com alunos surdos, os professores sempre tentam incluir esses alunos nas suas aulas, porém a maior dificuldade encontrada por eles é a comunicação e a falta de apoio da escola. Podemos perceber na fala do Professor 06:

A maior dificuldade que eu encontro ao desenvolver um trabalho com o aluno surdo é o apoio da escola, tanto nos recursos materiais quanto no apoio pedagógico a criança. Eu não vejo uma preocupação da escola em saber se o aluno está aprendendo. Eles só colocam o aluno lá, e se você quiser inclui-lo ou continuar deixando de fora das atividades, você escolhe, porque a escola não interfere (Professor 06).

Cabe ressaltar que, a comunicação é essencial para o desenvolvimento humano, através da fala se organizam os pensamentos e as expressões corporais. Percebe-se então, a importância do acompanhamento dos intérpretes de libras nas aulas de Educação Física, desenvolver a sua função que é o de mediador entre o aluno surdo e os ouvintes. Ao questionarmos: Se tivesse o acompanhamento da interprete nas suas aulas, você acha que isso ajudaria a aluna surda no seu desenvolvimento em sala de aula? O professor 03 diz:

Com certeza, porque a aluna surda quando está com a intérprete, ela é bem mais calma quando está sozinha. Então eu acho, que se a interprete participasse das minhas aulas ajudaria bastante, não só a mim e a aluna surda, mas a todos.

Ela participa de todas as aulas, mas fica muito nervosa quando eu não a entendo. Fica nervosa, sai chutando, até chega a agredir os colegas. (Professor 03).

Ao questionarmos aos professores e intérpretes das escolas, como é a relação do aluno surdo com os outros alunos, pode perceber que essa relação se mantém de igualdade, os alunos da turma ajudam o(a) colega surdo(a) quando ele precisa, sempre estão dispostos a ajudar, gostam de brincar junto com ele(a) e se entendem muito bem, pois criam sua própria forma de comunicação. Porém houve uma controvérsia em relação a isso, onde o Professor 04 afirma que o aluno surdo não tem problema com nenhum outro aluno, que a relação deles é muito boa. Mas o intérprete desse aluno diz o contrário:

A relação do aluno surdo diante do intérprete e do professor ele tem uma boa aceitação, agora com a turma, ele não tem amizade com nenhum colega praticamente, só tem uma menina da sala que ele gosta muito dela, e tudo o que ele faz tem que ser com ela, ele não aceita outra colega sentada ao lado dele, não aceita ajuda dos outros colegas, ele não entrosamento com ninguém da sala, só com a menina. (Intérprete 04).

Percebe-se então, a falta de interação entre os professores de Educação Física e os Intérpretes, implicando no processo inclusivo dos alunos. É de suma importância criar essa relação entre professores e intérpretes, onde ambos possam desenvolver o ensino-aprendizagem do aluno com qualidade, considerando as características desse aluno, que irá auxiliar na sua socialização com os outros alunos.

#### 4.2 A RELAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E INTÉRPRETE

Existe a necessidade de que o intérprete de libras atue juntamente com o professor de Educação Física em relação á educação do aluno surdo, buscando soluções e trocando experiências, promovendo maior segurança ao ensino dos conteúdos para o aluno surdo. Porém não é o que está sendo visto nas escolas, pois de acordo com os professores entrevistados, os mesmos não planejam suas aulas junto com intérprete de libras, assim como os intérpretes também não

participam desses planejamentos, seja por motivos pessoais ou pelo simples fato de não se fazer necessário, segundo eles, o acompanhamento nas aulas de Educação Física, como podemos observar o Intérprete 03:

Eu acompanho elas em todas as aulas, menos nas aulas de Educação Física, porque eu escolhi como planejamento. (Intérprete 03).

Ao questionarmos o motivo da escolha dos planejamentos justamente nas aulas de Educação Física, ela ressalta:

Porque, as matérias como inglês, filosofia, português, tem mais conteúdos para poder explicar para elas, e a educação física é mais brincadeiras. Não acho necessário o acompanhamento. (Intérprete 03).

A função do intérprete se faz importante no desenvolvimento humano das pessoas surdas, auxiliando na construção de seus pensamentos, desenvolvendo capacidades na comunicação com a sociedade. É importante ressaltarmos que o intérprete de libras deve dar suporte aos alunos surdos, em relação à comunicação e o entendimento dos conteúdos aplicados nas aulas, bem como acompanhá-los em todas as disciplinas da escola. Garantido assim, o desenvolvimento de ensino e aprendizagem desse aluno.

Ainda com relação aos planejamentos, os professores ressaltam que não planeja junto com os intérpretes, pois alguns intérpretes não fazem o acompanhamento do aluno surdo nas aulas de Educação Física. Assim ressaltam:

É difícil a gente sentar para planejar, pois quando estou de planejamento, a intérprete fica na sala com ela. Sendo que ela está no processo de ensino da língua de sinais agora. (Professor 01)

A intérprete não participa das minhas aulas, quando eu chego na sala de aula ela está saindo, eu não tenho ajuda da intérprete, na sala é só eu e as alunas. (Professor 03)

Não, mas na hora da ação ela está junto comigo. Eu a chamo e explico como vai ser a aula. (Professor 04)



O que pode se perceber, é que entre professor e interprete não há uma relação profissional, visto que, quanto os professores, quanto os intérpretes não trocam informações sobre o processo educacional do aluno surdo. Ambos exercem a sua função distintamente.

#### 4.3 O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E O ATENDIMENTO AO ALUNO SURDO

Sabendo que são várias as leis e decretos que asseguram a educação aos alunossurdos, é importante desacatarmos como essa oferta de educação vem sendo trabalhada pelos professores de Educação Física em relação ao atendimento a esses alunos.

O professor, através do planejamento voltado para a inclusão, tem total capacidade de incluir o aluno surdo em suas aulas, sempre respeitando suas limitações e características. Dito isto, ao questionarmos sobre o planejamento das aulas voltadas para o aluno surdo, os professores entrevistados ressaltam que, não há uma necessidade em fazer atividades específicas para esses alunos, sendo que por se tratar da deficiência auditiva, os alunos compreendem os conteúdos aplicados, não os impedindo da realização das aulas práticas. Outros ressaltam que fazem atividades adaptadas quando necessário, quando o aluno surdo apresenta alguma dificuldade.

Ainda sobre o planejamento das aulas voltadas para o aluno surdo, os Professores ressaltam:

É um desafio grande, porque a preparação que a gente tem na faculdade é mínima para lidar com esses alunos. Como a turma é pequena, na preparação das aulas eu busco sempre fazer atividades não muito complexas, atividades mais simples de fácil entendimento, que durante a execução, por semelhança dos outros colegas a aluna surda executa a atividade tranquilamente. Todas as aulas que eu planejo a atividade, eu vejo a melhor maneira para demonstrar para ela na prática, e antes da aplicação sempre a pergunto se entendeu, e ela me responde por meio de gestos se sim, ou não, se necessário explico novamente, e assim a gente vai desenvolvendo. (Professor 02).

Na mesma perspectiva, o professor complementa:

Eu não faço um planejamento diferenciado pra ela, eu tento adaptar a minha aula para que ela possa participar. Uma das minhas alunas não é totalmente surda, ela consegue ouvir um pouco, ela consegue entender os meus comandos nas aulas normalmente. A outra aluna, eu conto com a ajuda de duas alunas da sala que estudam com ela desde o 1º ano, e elas conseguem conversar com a aluna surda em libras de forma gestual, porque o que eu converso com ela, ela não entende. Então não tem um planejamento diferenciado, eu tento encaixar ela ao máximo dentro das aulas normais. (Professor 03).

Considerando essas afirmações, constatamos que os professores não apresentam dificuldades ao aplicar uma atividade, sendo que os alunos surdos participam efetivamente de todas as aulas propostas. Ressalto ainda que, alguns professores só adaptam as suas aulas quando há a necessidade, quando o aluno surdo apresenta alguma dificuldade.

#### 4.4 O PROFESSOR E A FORMAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O levantamento dos dados nos mostra que os professores entrevistados nas escolas municipais de São Mateus, em sua maioria do quadro de profissionais, não possuem qualificação para atuar na área específica da surdez. Além disso, a falta de recursos financeiros e de estrutura física dificulta o aprendizado de educação inclusiva nas aulas, não só da Educação Física, como das demais disciplinas do currículo, como observado.

A formação dos professores de Educação Física para a atuação na educação inclusiva, ainda encontra-se modesta. Isso está relacionada às carências de recursos físicos e metodológicos na formação em Educação Física para a atuação inclusiva, gerando assim, fragilidades que afetam todo o processo educacional inclusivo. Podemos ver isso nas falas do professor 02 e o professor 05, quando dizem:

Não tenho ainda formação nessa área da educação especial, mas agora trabalhando com essa aluna, estou buscando cada vez mais conhecer sobre a deficiência para melhorar o meu ensino. (Professor 02).

Sim, tenho pós na educação inclusiva.(Professor 05).

Ao questionarmos se a Pós-graduação na educação especial auxilia para desenvolvimentodo trabalho com o aluno surdo, o Professor 05 responde:

Não, não me auxilia porque, a pós hoje é um fracasso. Você vai lá e faz cinco dias de pós e já tem o certificado. Mas é a experiência que contribui muito. (Professor 05)

Pudemos constatar que somente o processo de formação continuada não dá subsídio para o desenvolvimento do processo inclusivo. Isso porque, ao atuarem na educação inclusiva, os professores se deparam com diversas situações no contexto inclusivo, nos quais não estão preparados ou não vivenciaram. Além da formação na área, esses profissionais da Educação Física devem buscar novos conhecimentos em relação à deficiência, promovendo sempre a autoaprendizagem do aluno surdo, afim de facilitar o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor e social, para que os auxiliem em sua vida autônoma.

Apesar dos professores não ter a formação continuada na área da educação inclusiva, deve-se considerar o interesse em que os mesmos apresentam ao buscar por novos conhecimentos em relação à deficiência e o contexto educacional inclusivo, fazendo com as suas aulas sejam significativas para esses alunos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização do trabalho assumimos o desafio de retratar os problemas enfrentados pelos alunos surdos no contexto escolar, bem como o desenvolvimento de ensino e aprendizagem desses alunos, e a ausência de qualificação dos profissionais para aperfeiçoar as estratégias de ensino. No entanto, constatou-se que os professores de Educação Física não estão parcialmente aptos a trabalhar a educação inclusiva em suas aulas com esse público.

Atingir essa perspectiva requer esforço dos profissionais de diversas áreas, inclusive da Educação Física, para realização complementar e inserir esse profissional no campo de atuação demanda que o mesmo esteja em constante formação continuada, onde na maioria das vezes o curso não dá o suporte necessário para desenvolver uma prática inclusiva de qualidade.

Conforme os objetivos desta pesquisa verificou-se que as aulas dos professores de Educação Física, se limita em aulas normais, não havendo a necessidade de adaptações das aulas voltadas para os alunos surdos, visto que há um acompanhamento dos intérpretes, exercendo o seu papel de mediador entre o aluno surdo e professor.

Perante as entrevistas com os professores, constatou-se que as aulas de Educação Física contribuem diretamente no processo de desenvolvimento de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, atribuindo aos fatores cognitivos, afetivos, motores e sociais da criança, bem como no desenvolvimento da autonomia, criação de pensamentos e formas de expressões corporais.

Visando a problemática desta pesquisa, o que se adquiriu como resultado foi a relação de que os Professores de Educação Física estão sempre buscando meios para a inclusão dos alunos surdos em suas aulas, porém, é necessário se ater para as dificuldades que são encontradas nesse processo. Dificuldades essas, que se tornam um impedimento na realização das aulas inclusivas.

Portanto, se faz necessário à sensibilização dos profissionais de Educação Física, buscar meios para a promoção social do desenvolvimento da educação inclusiva dos alunos surdos, garantido a sua atuação na sociedade como pessoas críticas e autônomas, capazes de resolver qualquer situação cotidianas, tendo a liberdade de conviver no meio social como todos.

Algumas questões foram emergindo durante o processo desta pesquisa, como: a inclusão de Libras nas escolas de ensino regular, como facilitadora da comunicação entre alunos surdos, professores e ouvintes, ou porque as escolas de ensino regular não oferecem projetos pedagógicos voltados para a educação inclusiva? Esses questionamentos se fizeram presentes na conclusão desta pesquisa, despertando a curiosidade em querer entender esse universo da educação inclusiva.

## 6REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Josiane Junia Facundo de; VITALIANO, Célia Regina. **A Disciplina de LIBRAS na Formação Inicial de Pedagogos: experiência dos graduandos.** 2012. <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2429/582>. Acesso em: 20 Set. 2016.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 25 de Out. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em: 20 Agos. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 18 Agos. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm). Acesso em: 19Agos. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 19Agos. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em 10Set. 2016.

BRASIL.**Lei nº 12.319, de 1 de Setembro de 2010.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm). Acesso em: 16 de Nov. de 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de fevereiro de 2001.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2\\_b.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_b.pdf). Acesso em: 21 Ago. 2016

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 25 Out. 2016

CHICON, José Francisco, RODRIGUES, Graciele Massoli. **Educação física e os desafios da inclusão.** - Vitória, ES: EDUFES, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/787/1/livro%20edufes%20educa%C3%A7%C3%A3o%20f%C3%ADsica%20e%20os%20desafios%20da%20inclus%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 Set. 2016.

CRUZ, G. de. C; FERREIRA, J. R, **Processo de formação continuada de professores de educação física em contexto educacional inclusivo.** Ver. Bras. Educ. ffs. Esp., São Paulo, v.19, n.2, p.163-80, abr./jun. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16592>. Acesso em: 26 de Out. 2016.

DAMASCENO, R.H.F. **Libras.** UNIFENAS. Alfenas – 2010. Disponível em: <http://www.unifenas.br/extensao/cartilha/CartilhaLibras.pdf>. Acesso em: 08 Set. 2016.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Surdez.** Brasília/DF – 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_da.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf). Acesso em: 28 Set. 2016.

FILUS, J; JUNIOR, M. J. **Reflexões sobre a formação em educação física e a sua aplicação no trabalho junto às pessoas com deficiência.** R. da Educação Física/UEM. Maringá, v. 15, n. 2, p. 79-87, 2.sem. 2004. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3424>. Acesso em: 22 de Set. 2016

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisas**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 16 de Nov. de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002. Disponível em: [https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod\\_resource/content/1/como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em: 17 de Nov. de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008. Disponível em: [https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod\\_resource/content/1/como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em: 10 de Nov. de 2016.

LACERDA, Cristina B. F. de. **O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades**. In: LODI, A C B. (et al.) Letramento e minorias. 2ª edição. Mediação, Porto Alegre: 2003. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/20014.pdf>. Acesso em: 25 de Out. 2016.

LACERDA, Cristina B. F. de. **Um Pouco da História das Diferentes Abordagens na Educação dos Surdos**. Cad. CEDES, v.19, n. 46, Campinas, set./1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 15 Agos. 2016.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. 2. ed. rev. Ampl.– Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003. Disponível em:



[http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india/view](http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view). Acesso em: 16 de Nov. de 2016.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

\_\_\_\_\_. MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 25 Set. 2016

SÃO MATEUS (ES). **Lei nº 1.517, de 30 de Setembro de 2015**. Regulamenta e estabelece normas de atendimento aos alunos públicos alvo da educação especial nas instituições de educação infantil e ensino fundamental do sistema municipal de educação de São Mateus. São Mateus, 2016. Disponível em: [http://www.saomateus.es.gov.br/site/leis/Leis%20Municipais\\_2015\\_1517\\_53989ea4-d058-4245-83aa-62cf847b74da.pdf](http://www.saomateus.es.gov.br/site/leis/Leis%20Municipais_2015_1517_53989ea4-d058-4245-83aa-62cf847b74da.pdf). Acesso em: 20 de Out. de 2016.

SÃO MATEUS (ES). **LEI nº 327/2004, de 26 de Julho de 2004**. Institui o sistema municipal de ensino de São Mateus, Estado do Espírito Santo ES e dá outras providências. São Mateus, 2016. Disponível em: <http://www.saomateus.es.gov.br/site/leis/lm-327.pdf>. Acesso em: 19 de Out. de 2016.

SILVA, R. R. **A educação do surdo: minha experiência de professora itinerante da Rede Municipal de Ensino de Campinas**. 2003. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000298994&fd=y>. Acesso em: 16 de Nov. de 2016.

ZUCCHETI, D. T. **A inclusão escolar vista sob a ótica de professores da escola básica.** Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 197 - 218 ago. 2011. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/v27n02/v27n02a10.pdf>. Acesso em: 06 de Set. 2016.

## APÊNDICE A - ENTREVISTA COM OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

### 1º questão: Como você planeja as suas aulas, tendo um aluno surdo na turma?

Professor 01: “Além de planejar para a turma, tem o planejamento específico para a aluna surda, adaptando as atividades.”

Professor 02: “É um desafio grande, porque a preparação que a gente tem na faculdade é mínima para lidar com esses alunos. Como a turma é pequena, na preparação das aulas eu busco sempre fazer atividades não muito complexas, atividades mais simples de fácil entendimento, que durante a execução, por semelhança dos outros colegas a Isabela executa a atividade tranquilamente. Todas as aulas que eu planejo a atividade, eu vejo a melhor maneira para demonstrar para ela na prática, e antes da aplicação sempre a pergunto se entendeu, e ela me responde por meio de gestos se sim, ou não, se necessário explico novamente, e assim a gente vai desenvolvendo.”

Professor 03: “Eu não faço um planejamento diferenciado pra ela, eu tento adaptar a minha aula para que ela possa participar. Uma das minhas alunas não é totalmente surda, ele consegue ouvir um pouco, ela consegue entender os meus comandos nas aulas normalmente. A outra aluna, eu conto com a ajuda de duas alunas da sala que estudam com ela desde o 1º ano, e elas conseguem conversar com a Gabriele em libras de forma gestual, porque o que eu converso com ela, ela não entende. Então não tem um planejamento diferenciado, eu tento encaixar ela ao máximo dentro das aulas normais”.

Professor 04: “O Pietro é uma criança altamente inteligente, participativo, ele não tem a necessidade de um planejamento especial porque ele participa de tudo. Uma vez que ele tem uma interprete que passa todas as informações, ele participa das minhas aulas como outra criança qualquer.”

Professor 05: “Eu trabalho com o Daniel de maneira normal, porque ele me entende e não planejo atividades específicas para ele porque não há necessidade.” “não

tenho dificuldade nenhuma em trabalhar com ele. Todas as atividades que os meninos fazem, o Daniel também faz.”

Professor 06: “Na realidade, como se trata de inclusão, eu tento fazer uma atividade diferenciada para incluir todos os alunos junto com ele, só que existe uma resistência muito grande dos alunos, porque eu não faço as atividades só pensando em um aluno que tem deficiência, mas uma atividade que envolva todos, senão, não seria inclusão.”

Professor 07: “Na verdade, por ela ter uma leitura labial bem avançada, eu praticamente não preciso mudar muito a minha proposta de aula. Ai o básico que eu faço, é sempre direcionar a ela quando eu estou falando.”

## **2º questão: Como você avalia o aluno surdo nas aulas de Educação Física?**

Professor 01: “Os 3º anos já tem a provinha deles no final do trimestre, e algumas atividades avaliativas ela faz, mas sempre tem que está acompanhando de perto. E na hora de avaliar as questões e as respostas, a gente tem que levar em consideração porque temos que procurar interagir com ela, não tornando-a o centro das atenções, ela tem que fazer parte daquele meio como outros.”

Professor 02: “Pra minha sorte, digamos assim, ela é uma aluna muito despojada, tem facilidade para compreender as atividades, não demonstra dificuldades ao realizar as atividades, a dificuldade maior é sempre a comunicação. Quando eu preciso fazer alguma mudança dentro da atividade, explicar que tal regra mudou, essa é parte mais difícil, mas com paciência e sempre exemplificando antes ela consegue desenvolver bem, e participa normalmente da aula”.

Professor 03: “A avaliação com a Gabriele é só prática, porque ela ainda não desenvolveu a interpretação e ela não entende o que eu explico, então eu avalio ela só em quadra, porque ela não desenvolve bem nas aulas em sala”.

Professor 04: “O 1º ano, eles não tem avaliação numérica, eles são avaliados por uma ficha de avaliação individual. E dentro desta ficha tem alguns critérios a serem

pontuados. Nessa ficha a gente avalia a participação dele nos jogos, nas atividades lúdicas, ginástica, na oralidade. Então o Pietro é avaliado de acordo com o desenvolvimento dele nas aulas.”

Professor 05: “Faço avaliação normal escrita, e avalio o desenvolvimento dele nas aulas praticas.”

Professor 06: “Vai contribuir principalmente na questão da inclusão, pois eu tento inclui-lo de varias maneiras nas minhas aulas para que ele não se sinta excluído ou diferente dos outros.”

Professor 07: “Eu não avalio ela de forma diferenciada, pela questão de ela ser muito capaz de atender todos os objetivos da aula. O meu método de avaliação é como eu avalio todos. E ela se sai muito bem especialmente na teoria.”

### **3º questão: De que forma, suas aulas contribuem para o desenvolvimento de ensino e aprendizagem do aluno surdo?**

Professor 01: “Eu acredito que a educação física contribui muito, não só na surdez como em outras deficiências. Porque eles precisam desenvolver algumas capacidades físicas, como o equilíbrio, o ritmo, coordenação motora em geral, no relacionamento interpessoal e na relação com os colegas, para a execução das atividades diárias.”

Professor 02: “Ela tem um desenvolvimento muito grande, porque eu percebo quando entro na sala a minha aluna já abre aquele sorriso, sabe que naquele dia ela vai ter uma aula divertida, ela consegue se divertir nas minhas aulas, ela aprende brincando. Então irá contribuir, tanto no desenvolvimento motor, como na psicomotricidade dela, e também na forma do brincar, pois tudo isso influencia no desenvolvimento dela”.

Professor 03: “Eu acredito que a minha aula, mesmo com dificuldade, ela interage com todo mundo. Então ali, ela se sente igual, ela brinca, corre, eu acho q esse é o diferencial da Educação Física, porque nas minhas aulas, mesmo ela não

entendendo os colegas, ela consegue fazer as atividades se espelhando nos outros colegas. Ela se sente acolhida por todos.”

Professor 04: “Nas aulas de educação física, eu vejo que ele se sente a vontade, se sente importante, eu tento, e consigo envolver ele ao máximo nas atividades que eu estou propondo. Às vezes eu vejo dificuldades em equilíbrio, ele corre meio que descompassado. Então a educação física contribui, com a relação social dele e com a autonomia.”

Professor 05: “Auxilia na autonomia, nas atitudes, na forma dele agir, na coordenação motora, na psicomotricidade, agilidade entre outras habilidades, que lhe auxiliarão no seu cotidiano.”

Professor 06: “Eu acho que vai auxiliar na questão da inclusão. Eu vejo que é nas aulas de educação física que faz com que ele tenha o contato com os colegas, de dividir com o colega uma brincadeira, de fazer parte. Então as minhas aulas contribui no aspecto cognitivo e social dele.”

Professor 07: “Como ela só tem a vivência teórica, está totalmente ligado a conhecimento cognitivo, ela passa a ter a oportunidade de aprender toda a parte teórica da minha aula. Infelizmente ela não pode ter a vivência de desenvolvimento motor. Mas na teoria ela consegue absorver todo o conteúdo aplicado.”

## APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



### TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Nós, **Alexson Medeiros Benicá** e **Eline dos Santos Borges**, responsáveis pela pesquisa intitulada **A inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física Escolar do município de São Mateus**, orientada pelo **Professor Me. Daniel Junior da Silva**, solicitamos vossa autorização para realizarmos esta pesquisa na **Escola Km 35**.

Este projeto de pesquisa tem como objetivo **observar as estratégias de ensino que são utilizadas pelos professores de Educação Física para que os alunos com deficiência auditiva participem efetivamente das aulas de Educação Física**. Os procedimentos adotados serão **observação das aulas e entrevista semiestruturada**.

A qualquer momento vossa senhoria poderá solicitar esclarecimento sobre o desenvolvimento do projeto de pesquisa que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá retirar sua autorização. Os pesquisadores aptos a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para solucionar ou contornar qualquer mal estar que possa surgir em decorrência da pesquisa.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos e que, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes de vossa instituição como nome, endereço e outras informações pessoais não serão em hipótese alguma publicados. Na eventualidade da participação nesta pesquisa, causar qualquer tipo de dano aos participantes, nós pesquisadores nos comprometemos em reparar este dano, e ou ainda prover meios para a reparação. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento.

Sem mais para o momento.

Pesquisadores:

Alexson Medeiros Benicá  
Eline dos Santos Borges

Orientador:

Daniel J. da Silva



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



TRMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL


Eu, José Roberto Gonçalves de Almeida  
responsável pela instituição Secretaria Municipal de Educação  
declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Caso necessário, a qualquer momento como instituição CO-PARTICIPANTE desta pesquisa poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo a esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro também, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

São Mateus, 27 de Outubro de 2016.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

LISTA NOMINAL DE PESQUISADORES:

Alexson Medeiros Benício  
Coline dos Santos Borges

  
**Gilvan Marroch**  
Diretor Educacional  
Decreto nº 8.074/2016

E.M.E.F. KM 35  
Rod. São Mateus à Nova Venécia Km 35  
Cep 29947-010 - São Mateus-E, Santo  
Entidade Mantenedora - Pref. Mun. de São Mateus  
ATO DE CRIAÇÃO:  
Escola Pluridocente - Decreto 917-N de 23/11/76  
Ato de Transformação - Portaria-E nº 3533 de 24/11/96  
1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental  
Ato de Transformação - Port. nº 045-R de 05/05/2004  
5ª a 8ª Série do Ensino Fundamental





INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Nós, **Alexson Medeiros Benicá** e **Eline dos Santos Borges**, responsáveis pela pesquisa intitulada **A inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física Escolar** do município de **São Mateus**, orientada pelo **Professor Me. Daniel Junior da Silva**, solicitamos vossa autorização para realizarmos esta pesquisa na **Escola Mercedes de Aguiar**.

Este projeto de pesquisa tem como objetivo **observar as estratégias de ensino que são utilizadas pelos professores de Educação Física para que os alunos com deficiência auditiva participem efetivamente das aulas de Educação Física**. Os procedimentos adotados serão **observação das aulas e entrevista semiestruturada**.

A qualquer momento vossa senhoria poderá solicitar esclarecimento sobre o desenvolvimento do projeto de pesquisa que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá retirar sua autorização. Os pesquisadores aptos a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para solucionar ou contornar qualquer mal estar que possa surgir em decorrência da pesquisa.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos e que, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes de vossa instituição como nome, endereço e outras informações pessoais não serão em hipótese alguma publicados. Na eventualidade da participação nesta pesquisa, causar qualquer tipo de dano aos participantes, nós pesquisadores nos comprometemos em reparar este dano, e ou ainda prover meios para a reparação. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento.

Sem mais para o momento.

Pesquisadores:

*Alexson Medeiros Benicá*  
*Eline dos Santos Borges*

Orientador:

*Daniel Junior da Silva*



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



TRMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, José Roberto Gonçalves de Alencar  
responsável pela instituição Secretaria Municipal de Educação  
declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Caso necessário, a qualquer momento como instituição CO-PARTICIPANTE desta pesquisa poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo a esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro também, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

São Mateus 27 de outubro de 2016.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

LISTA NOMINAL DE PESQUISADORES:

Alverson Medeiros Benício  
Adriane dos Santos Borges

EMEF "Mercedes de Aquiar"  
R. Principal s/nº - Itaipavimas - Dist. de São Mateus-ES  
CEP 29448-000 - Tel: (27) 3771-9052  
Entidade Mantenedora:  
Prefeitura Municipal de São Mateus  
- Derramos N.º:  
833/92 - Criação  
1050/98 - Transferência  
77-7/2002 - Mudança de Nomenclatura  
Lei Nº 487/2005 - Nova Denominação

Quinto em  
04/10/2016  
Zilmar Gomes de Araújo  
Diretora  
Portaria nº 154/2015



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Nós, **Alexson Medeiros Benicá** e **Eline dos Santos Borges**, responsáveis pela pesquisa intitulada **A inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física Escolar do município de São Mateus**, orientada pelo **Professor Me. Daniel Junior da Silva**, solicitamos vossa autorização para realizarmos esta pesquisa na **Escola Golfinho**.

Este projeto de pesquisa tem como objetivo **observar as estratégias de ensino que são utilizadas pelos professores de Educação Física para que os alunos com deficiência auditiva participem efetivamente das aulas de Educação Física**. Os procedimentos adotados serão **observação das aulas e entrevista semiestruturada**.

A qualquer momento vossa senhoria poderá solicitar esclarecimento sobre o desenvolvimento do projeto de pesquisa que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá retirar sua autorização. Os pesquisadores aptos a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para solucionar ou contornar qualquer mal estar que possa surgir em decorrência da pesquisa.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos e que, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes de vossa instituição como nome, endereço e outras informações pessoais não serão em hipótese alguma publicados. Na eventualidade da participação nesta pesquisa, causar qualquer tipo de dano aos participantes, nós pesquisadores nos comprometemos em reparar este dano, e ou ainda prover meios para a reparação. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento.

Sem mais para o momento.

Pesquisadores:

*Alexson Medeiros Benicá*  
*Eline dos Santos Borges*

Orientador:

*Daniel J. da Silva*



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



TRMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, João Roberto Gonçalves de Azevedo  
responsável pela instituição Secretaria Municipal de Educação  
declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Caso necessário, a qualquer momento como instituição CO-PARTICIPANTE desta pesquisa poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo a esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro também, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

São Mateus, 27 de outubro de 2016.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

LISTA NOMINAL DE PESQUISADORES:

Alisson Medeiros Simão  
Coline dos Santos Borges



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Nós, **Alexson Medeiros Benicá** e **Eline dos Santos Borges**, responsáveis pela pesquisa intitulada **A inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física Escolar do município de São Mateus**, orientada pelo **Professor Me. Daniel Junior da Silva**, solicitamos vossa autorização para realizarmos esta pesquisa na **Escola Roseli Pires Clemente**.

Este projeto de pesquisa tem como objetivo **observar as estratégias de ensino que são utilizadas pelos professores de Educação Física para que os alunos com deficiência auditiva participem efetivamente das aulas de Educação Física**. Os procedimentos adotados serão **observação das aulas e entrevista semiestruturada**.

A qualquer momento vossa senhoria poderá solicitar esclarecimento sobre o desenvolvimento do projeto de pesquisa que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá retirar sua autorização. Os pesquisadores aptos a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para solucionar ou contornar qualquer mal estar que possa surgir em decorrência da pesquisa.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos e que, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes de vossa instituição como nome, endereço e outras informações pessoais não serão em hipótese alguma publicados. Na eventualidade da participação nesta pesquisa, causar qualquer tipo de dano aos participantes, nós pesquisadores nos comprometemos em reparar este dano, e ou ainda prover meios para a reparação. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento.

Sem mais para o momento.

Pesquisadores:

Alexson Medeiros Benicá  
Eline dos Santos Borges

Orientador:

Daniel J. da Silva



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



TRMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Jose Roberto Gonçalves de Alreu  
responsável pela instituição Secretaria Municipal de Educação  
declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Caso necessário, a qualquer momento como instituição CO-PARTICIPANTE desta pesquisa poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo a esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro também, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

São Mateus, 27 de outubro de 2016.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

LISTA NOMINAL DE PESQUISADORES:

Alexson Medeiros Benício  
Poline dos Santos Borges

EMEF - ROSELI PIRES CLEMENTE  
Decreto nº 3872/2008  
Rua Icaro, s/n - Seac  
São Mateus - ES - Cep 29937-300



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Nós, **Alexson Medeiros Benicá** e **Eline dos Santos Borges**, responsáveis pela pesquisa intitulada **A inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física Escolar do município de São Mateus**, orientada pelo **Professor Me. Daniel Junior da Silva**, solicitamos vossa autorização para realizarmos esta pesquisa na **Escola Dora Arnizaut Silves**.

Este projeto de pesquisa tem como objetivo **observar as estratégias de ensino que são utilizadas pelos professores de Educação Física para que os alunos com deficiência auditiva participem efetivamente das aulas de Educação Física**. Os procedimentos adotados serão **observação das aulas e entrevista semiestruturada**.

A qualquer momento vossa senhoria poderá solicitar esclarecimento sobre o desenvolvimento do projeto de pesquisa que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá retirar sua autorização. Os pesquisadores aptos a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para solucionar ou contornar qualquer mal estar que possa surgir em decorrência da pesquisa.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos e que, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes de vossa instituição como nome, endereço e outras informações pessoais não serão em hipótese alguma publicados. Na eventualidade da participação nesta pesquisa, causar qualquer tipo de dano aos participantes, nós pesquisadores nos comprometemos em reparar este dano, e ou ainda prover meios para a reparação. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento.

Sem mais para o momento.

Pesquisadores:

*Alexson Medeiros Benicá*  
*Eline dos Santos Borges*

Orientador:

*Daniel J. da Silva*



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



TRMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, José Roberto Gonçalves de Azevedo  
responsável pela instituição Secretaria Municipal de Educação  
declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Caso necessário, a qualquer momento como instituição CO-PARTICIPANTE desta pesquisa poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo a esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro também, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

São Mateus, 27 de outubro de 2016.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

LISTA NOMINAL DE PESQUISADORES:

Alisson Medeiros Lima  
Coline dos Santos Borges





INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Nós, **Alexson Medeiros Benicá** e **Eline dos Santos Borges**, responsáveis pela pesquisa intitulada **A inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física Escolar do município de São Mateus**, orientada pelo **Professor Me. Daniel Junior da Silva**, solicitamos vossa autorização para realizarmos esta pesquisa na **Escola Maria da Cunha Fundão**.

Este projeto de pesquisa tem como objetivo **observar as estratégias de ensino que são utilizadas pelos professores de Educação Física para que os alunos com deficiência auditiva participem efetivamente das aulas de Educação Física**. Os procedimentos adotados serão **observação das aulas e entrevista semiestruturada**.

A qualquer momento vossa senhoria poderá solicitar esclarecimento sobre o desenvolvimento do projeto de pesquisa que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá retirar sua autorização. Os pesquisadores aptos a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para solucionar ou contornar qualquer mal estar que possa surgir em decorrência da pesquisa.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos e que, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes de vossa instituição como nome, endereço e outras informações pessoais não serão em hipótese alguma publicados. Na eventualidade da participação nesta pesquisa, causar qualquer tipo de dano aos participantes, nós pesquisadores nos comprometemos em reparar este dano, e ou ainda prover meios para a reparação. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento.

Sem mais para o momento.

Pesquisadores:

Alexson Medeiros Benicá  
Eline dos Santos Borges

Orientador:

Daniel Jr. da Silva



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



TRMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Prof. Roberto Gonçalves de Almeida  
responsável pela instituição Secretaria Municipal de Educação  
declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Caso necessário, a qualquer momento como instituição CO-PARTICIPANTE desta pesquisa poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo a esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro também, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

São Mateus, 27 de outubro de 2016.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

LISTA NOMINAL DE PESQUISADORES:

Anderson Medeiros Benício  
Edine dos Santos Borges

EMEF MARIA DA CUNHA FUNDAÇÃO  
ATO DE CRIAÇÃO: DEC. 334/88 DE 03/11/88  
DEC. 222/89 DE 23/11/89  
MUDANÇA DE NOMECLATURA: DEC. 771/2002 DE 25/03/2002  
Av Karina S/n SEAC CEP 29.937-300  
Tel 3773-3295 SÃO MATEUS-ES

Prof. Itamar Gonçalves  
PROF. ITAMAR GONÇALVES  
SUPERVISOR ESCOLAR  
MATRICULA - 65077

Escola Municipal de Ensino Fundamental Golinho  
Rua Ruth Neves Esteves, 266 - Bairro Ideal  
37.937-165  
emefgolinho@brasilmail.com  
Ato de Criação: Dec. 114-43, de 28/02/1983  
Ato de Aprov. SEAC: Dec. 114-43, de 28/02/1983  
Ato de Aprov. SEAC: Dec. 114-43, de 28/02/1983



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Nós, **Alexson Medeiros Benicá** e **Eline dos Santos Borges**, responsáveis pela pesquisa intitulada **A inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física Escolar do município de São Mateus**, orientada pelo **Professor Me. Daniel Junior da Silva**, solicitamos vossa autorização para realizarmos esta pesquisa na **Escola Vereador Laurindo Samaritano**.

Este projeto de pesquisa tem como objetivo **observar as estratégias de ensino que são utilizadas pelos professores de Educação Física para que os alunos com deficiência auditiva participem efetivamente das aulas de Educação Física**. Os procedimentos adotados serão **observação das aulas e entrevista semiestruturada**.

A qualquer momento vossa senhoria poderá solicitar esclarecimento sobre o desenvolvimento do projeto de pesquisa que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá retirar sua autorização. Os pesquisadores aptos a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para solucionar ou contornar qualquer mal estar que possa surgir em decorrência da pesquisa.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos e que, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes de vossa instituição como nome, endereço e outras informações pessoais não serão em hipótese alguma publicados. Na eventualidade da participação nesta pesquisa, causar qualquer tipo de dano aos participantes, nós pesquisadores nos comprometemos em reparar este dano, e ou ainda prover meios para a reparação. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento.

Sem mais para o momento.

Pesquisadores:

Alexson Medeiros Benicá  
Eline dos Santos Borges

Orientador:

Daniel Junior da Silva



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA



### TRMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, José Roberto Gonçalves de Almeida  
responsável pela instituição Secretaria Municipal de Educação  
declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Caso necessário, a qualquer momento como instituição CO-PARTICIPANTE desta pesquisa poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo a esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro também, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

São Mateus, 27 de outubro de 2016.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

LISTA NOMINAL DE PESQUISADORES:

Alisson Medeiros Benício  
Poline dos Santos Borges

Antonia Rosa R. Dos Reis  
Pedagoga/Supervisora

## ANEXO -PROPOSTA CURRICULAR MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### PROPOSTA REFERÊNCIA DO PLANO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES 2015

#### CONSIDERAÇÕES INICIAIS – situando a questão

A construção desse documento nasceu da necessidade de redimensionar o Programa de Ensino da rede municipal de São Mateus de Educação Física, construído em 2002, e que desde então não sofreu nenhuma alteração nos seus conteúdos. O anseio partiu da Coordenação de Área da Secretaria Municipal de Educação indo ao encontro com a pesquisa de Franca (2014) que juntos aos professores de Educação Física, em reunião dia 17/09/2014, quarta-feira, definiram uma equipe de professores para construção de uma nova proposta de ensino de Educação Física do município de São Mateus, que dialogasse com o proposta anterior. Observou-se a necessidade de dividir a equipe em dois grupos, um grupo para atender os anos iniciais e outro para os anos finais do Ensino Fundamental.

Devido a data do seu início, o objetivo dos grupos era buscar primeiramente uma proposta para atender as escolas municipais no primeiro trimestre de 2015, com pretensões de reuniões futuras com esses grupos para a continuação da construção da proposta do segundo e terceiro trimestre de 2015. A referida reunião aconteceu no auditório da Secretaria Municipal de Educação, foi o primeiro encontro com os professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino, após 2002, para abordar e discutir a Educação Física escolar municipal nesse novo milênio e a importância em diversificar os seus conteúdos, para além do quarteto fantástico (futsal, basquetebol, handebol e voleibol).

Para elaboração desse documento, chamado de "Proposta Referência" foram realizados quatro encontros com os grupos dos anos iniciais (com 6 professores) e sete encontros com o grupo dos anos finais do Ensino Fundamental (com 7 professores). No decorrer dos encontros, foram vários relatos de experiência, diálogos, reflexões, análises e leituras, onde verificou-se ainda, uma Educação Física escolar esportivista. Como é observado em pesquisa, realizada em 2014, nas escolas municipais de São Mateus, pois segundo Franca:

Ao longo dos anos, as escolas têm trabalhado a Educação Física pautada em conteúdos esportivistas e (muito) restritos que contemplam apenas o tradicional "quarteto fantástico" (futsal, handebol, voleibol e basquetebol), que outrora eram organizados em quatro bimestres durante o ano, assim como as demais disciplinas contidas na estrutura curricular, com atividades, conteúdos e avaliações. No caso específico da Educação Física essas modalidades com bola acabaram se tornando conteúdos simbólicos da

nossa cultura e não era raro encontrar currículos de Educação Física que se limitavam ao trabalho com um desses esportes por bimestre. (FRANCA, 2014, p. 16)

Assim, os grupos sentiram a necessidade urgente de proporcionar momentos para que os alunos desenvolvessem conteúdos com características cooperativas, socializadoras e interacionistas, a partir de convivências enriquecedoras, promovidas por meio de jogos que mostrassem a importância da participação, da coletividade, da sociabilidade, criatividade, estabilidade emocional, da cooperação, do saber competir, sem exaltar a vitória. Fomentando nas práticas pedagógicas, o real significado das práticas corporais na vida dos seus alunos, dando mais significado a disciplina de Educação Física no currículo escolar. Outra preocupação dos grupos é estabelecer uma sequência dos conteúdos nas escolas da rede para que se tenha uma organização dos mesmos no trimestre, evitando uma carência de conteúdo para aquele aluno transferido. É importante ressaltar, que cabe ao professor, buscar recursos que possibilitem ainda mais o trabalho escolar contextualizado à vida real do aluno, justificado por valores sociais marcados pelo desenvolvimento do homem na história da humanidade, ou seja, planejar, sistematizar e desenvolver atividades com o objetivo de promover, na escola, a socialização de nossos alunos em grupos mistos, utilizando como recurso pedagógico “os jogos e a prática corporal”.

### **1. Contextualização e finalidades da Educação Física Escolar**

A Educação Física Escolar no Brasil vem passando por diversas transformações ao longo dos anos, em decorrência das necessidades advindas do contexto histórico social, cultural e político do nosso país. De acordo com Darido e Souza Júnior (2007) tais tendências de algum modo influenciam na formação do professor e em suas práticas pedagógicas, assim como em outras disciplinas não existe uma única forma de pensar em implementar a disciplina na escola.

Para esses autores a Educação Física no Brasil desenvolveu-se dentre as seguintes concepções: higienista, militarista, esportivista e a recreacionista. A **higienista** tinha como preocupação central os hábitos de higiene e saúde valorizando o desenvolvimento do físico e da moral, a partir do exercício. A **militarista** tinha por objetivo a formação de uma geração capaz de suportar o combate, a luta, para atuar na guerra. Tanto a tendência higienista quanto a militarista eram vistas como disciplina essencialmente prática, não necessitando, portanto, de uma fundamentação teórica que a desse suporte. A **esportivista** surge na tentativa de tornar a educação física um sustentáculo ideológico na medida em que ela participaria na promoção do país através do êxito em competições de alto nível. A **concepção recreacionista**, é caracterizada pela não intervenção do professor, seu papel se restringe a oferecer uma bola e

marcar o tempo do jogo, ou seja, a prática de "dar a bola". É preciso deixar claro que esse modelo não foi defendido por professores, estudiosos ou acadêmicos. Infelizmente o "dar a bola" é bastante representativo no contexto escolar, e provavelmente tenha nascido de interpretações inadequadas e das condições de formação e trabalho do professor.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Educação Física, as propostas procuram democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos. Levando em consideração os pressupostos nos PCNs, a construção dos objetivos propostos neste documento seguem algumas recomendações da abordagem sociocultural. Mizukami define que essa abordagem

parte sempre do que é inerente ao povo, sobretudo do que as pessoas assimilaram como sujeitos, não lhes fornecendo, portanto, coisas prontas, mas procurando trazer valores que são inerentes a essas camadas da população e criar condições para que os indivíduos os assumam e não somente os consumam (MIZUKAMI, 2009, p. 85).

Portanto, o professor no processo ensino aprendizagem deve enxergar os alunos como sujeitos, inseridos nas relações sociais, que interagem e criam cultura e, os saberes ensinados a esses alunos devem ter relação com o seu cotidiano, assim como suas ações devem ser orientadas de acordo a realidade sócio-histórico-cultural em que vivem, fazendo com que a aprendizagem seja significativa para esses alunos. No entanto, qual a função da Educação Física escolar, em conjunto com os demais saberes escolares, para a formação destes sujeitos?

Seria recreativa e somente esportiva? Voltada e preocupada em formar atletas para jogos escolares? Não! A Educação Física não satisfaz a repetição de gestos estereotipados, com vistas a automatizá-los e reproduzi-los como antes, assim já citado nos PCNs, desde 1997. É imprescindível que o aluno se aproprie do processo de construção de conhecimentos relativos ao corpo e ao movimento e construa uma possibilidade autônoma de utilização de seu potencial gestual. A forma de ensino e aprendizagem em Educação Física, portanto, não se resume ao simples exercício de certas habilidades e destrezas, mas sim de capacitar o indivíduo a refletir sobre suas possibilidades corporais e, com autonomia, exercê-las de maneira social e culturalmente significativa e adequada.

Essa é a função de toda disciplina, especificamente nesse caso, a Educação Física que deve, desde os anos iniciais às finais do ensino fundamental, garantir aos alunos o acesso às práticas da cultura corporal, por intermédio das danças, dos esportes, dos jogos, das lutas, das ginásticas, de conhecimento sobre o corpo e do cultivo de bons hábitos de alimentação. Como

também, a formação de hábitos de autocuidado, a construção de relações interpessoais, a questão da sexualidade, sejam integradas de maneira contextualizada, prazerosa e segura.

No que diz respeito ao quesito do gênero, as aulas mistas de Educação Física devem oportunizar a convivência de meninos e meninas, observando, descobrindo, e aprendendo a ser tolerantes, a não discriminar e a compreender as diferenças, de forma a introduzir a inclusão de todos nas aulas, especialmente os alunos que tenham alguma limitação. Por isso, é fundamental a participação em atividades de caráter recreativo, cooperativo, competitivo, entre outros, para aprender a diferenciá-los. Sendo assim, cabe ao professor, mudar essa cultura que é preciso sempre ganhar para se ter prazer no jogo. O jogo é maior do que a vitória e a derrota, a sua representação e sensação na vida do aluno ultrapassa o resultado do ganhar ou perder. É importante, então, que o professor valorize e estimule desde cedo a participação da criança por meio da prática corporal possibilitando à ela construir o seu esquema corporal.

Segundo Ferreira (2006), a construção do esquema corporal é fundamental no desenvolvimento da criança, pois é o ponto de partida para ela agir. Tal desenvolvimento pode ser conseguido através de atividades de controle do tônus muscular, deslocamentos globais do corpo e equilíbrio, passando pelas etapas de exploração e conhecimento do corpo, conscientização, percepção, controle, coordenação, confiança, educação postural, educação do equilíbrio e das sensações. A compreensão desses fenômenos e de todos os fenômenos do desenvolvimento motor humano é de suma importância para o trabalho a ser desenvolvido na Educação Física. Sabendo que uma criança com deficiência perceptivo-motora pode apresentar falta de habilidades para atividades cotidianas, falta de vontade de participar das atividades, falta de predominância lateral, dificuldade em associar símbolos e formas, constante desconcentração, dificuldades em interpretar direções laterais, incapacidade de citar partes do corpo, dificuldades em colorir símbolos grandes e incapacidade de reproduzir letras, números e símbolos corretamente. A falta de habilidade rítmica pode causar uma leitura lenta, silabada, com pontuação inadequada e a falta de um esquema, da conservação de ideia, da ordenação, irão dificultar a leitura. Nas aulas de Educação Física estes mecanismos são solicitados e estimulados na maioria das atividades desenvolvidas, daí mais uma justificativa da permanência e da importância da referida disciplina no currículo escolar.

## **2. PROCESSO METODOLÓGICO DOS CONTEÚDOS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA**

### **2.1 Área de conhecimento para elaboração dos conteúdos da educação física**

Baseados em alguns autores como Darido e Rangel (2011), Freire e Scaglia (2009), PCNs (1997 e 1998), entre outros criou-se um certo consenso no grupo atual (que está construindo



esse documento) quanto a área de conhecimento da Educação Física. Com base nas ideias desses autores e no conhecimento e experiência do grupo dividimos os conteúdos por áreas de conhecimento para que juntos escola, professores e alunos façam uso deste documento como referência e que sirva de identidade para Educação Física Municipal de São Mateus. Sendo assim, a respeito das áreas de conhecimento próprias da Educação Física que são decorrentes das relações entre o sujeito e o mundo, isso quando mediadas por uma prática corporal, sugerimos e recomendamos a seguir alguns critérios para elaboração desses conteúdos:

#### **Área de conhecimento físico**

- Conscientizar acerca da importância das práticas corporais e do movimento;
- Conscientizar acerca da importância da prática regular de atividades físicas;
- Dar condições para que o aluno possa realizar a prática regular de atividade física, sem auxílio de um especialista, caso o discente demonstre interesse.

#### **Área de conhecimento biológico**

- Temas relacionados a saúde como:
  - ✓ Jogos corporais & jogos eletrônicos;
  - ✓ Distúrbios alimentares;
  - ✓ Atividade física, sedentarismo e obesidade, dentre outros;
  - ✓ Nutrição (suplementação e anabolizantes);
  - ✓ Medidas e avaliações corporais;
  - ✓ Lesões em decorrência da prática incorreta de exercícios físicos.
- Temas relacionados às capacidades físicas:
  - ✓ Atividades de sensibilização corporal,
  - ✓ Flexibilidade, força, resistência, coordenação motora, agilidade, equilíbrio dentre outros.

#### **Área de conhecimento sociocultural**

- Os jogos tradicionais infantis e a classificação dos jogos;
- Jogos pré-desportivos e atividades de fundamentação do esporte;
- Esporte e violência;
- Preconceitos (gênero, classe, raça, crença, dentre outras diferenças);
- Relações de poder envolvidas no esporte;

- Esporte profissional, esporte para qualidade de vida e esporte escolar;
- Atividade física e contexto sociocultural;
- O lazer como promoção da qualidade de vida;
- Questões culturais que levem em consideração o contexto no qual os alunos estão inseridos (cultura local e regional).

## **2.2 – As dimensões dos conteúdos a serem abordados na educação física**

Portanto, estes conteúdos a serem abordados durante o ano letivo, deverão respeitar a organização da proposta dentro de três dimensões fundamentais: conceitual, atitudinal e procedimental.

A classificação de conteúdos, tanto a baseada em Darido & Rangel (2011) e nos PCNs (1998) corresponde às seguintes questões: o que se deve saber? (dimensão conceitual); o que se deve saber fazer? (dimensão procedimental); e como se deve ser? (dimensão atitudinal), com a finalidade de alcançar os objetivos educacionais.

Para Franca (2014), as dimensões dos conteúdos estão baseadas e dispostas da seguinte maneira:

### **A dimensão conceitual:**

- Transformações pelas quais passou a sociedade em relação aos hábitos de vida (diminuição do trabalho corporal em função das novas tecnologias) e relacioná-las com as necessidades atuais de atividade física;
- Mudanças pelas quais passaram os esportes, uma vez que o futebol era jogado apenas pela elite e as mudanças nas regras do voleibol em função da TV etc;
- Modos corretos da execução de vários exercícios e práticas corporais cotidianas, tais como: levantar um objeto do chão, sentar, etc.

### **A dimensão procedimental (vivências):**

- Adquiridas em fundamentos básicos dos esportes, danças, ginásticas, lutas, capoeira. Por exemplo, praticar a ginga e a roda da capoeira;
- De diferentes ritmos e movimentos relacionados às danças, como as de salão, as circulares sagradas, as regionais e outras;
- Situações de brincadeiras e jogos.

#### **A dimensão atitudinal:**

- Reconhecimento da valorização dos jogos e das brincadeiras como patrimônio cultural;
- Respeito pelos adversários e colegas resolvendo os problemas com atitudes de diálogo e não violência;
- Valor da cooperação e da integração nas atividades em grupos;
- Conhecimento e valorização de atitudes não preconceituosas quanto aos níveis de habilidade, sexo, religião e outras.

Portanto, quando nos reportarmos a conteúdos, estaremos abrangendo, segundo Libâneo (1994), o conjunto de conhecimentos, ideias, habilidades, modos valorativos e atitudinais de atuação social, hábitos, processos, princípios, regras, métodos de compreensão e aplicação, organizados didática e pedagogicamente, buscando a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua prática de vida.

### **3. AVALIAÇÃO E AS DIMENSÕES DOS CONTEÚDOS**

Darido & Junior (2007) sugerem que a avaliação deva ser realizada dentro de cada dimensão, conceitual, atitudinal e procedimental. Na **dimensão conceitual**, devemos evitar apenas provas escritas em que se deve responder apenas exatamente conforme o que foi apresentado pelo professor, mas sim observar os alunos durante todas as aulas e, se for o caso, em provas escritas ou orais solicitando a sua interpretação dos conceitos apresentados numa perspectiva qualitativa. Na **dimensão atitudinal**, deve-se avaliar os alunos na sua capacidade de aprender a reconhecer, na convivência e nas práticas pacíficas, maneiras eficazes de crescimento coletivo, dialogando, refletindo e adotando uma postura democrática sobre diferentes pontos de vista postos em debate. E por fim, a **dimensão procedimental**, que implica em saber fazer, suas habilidades físicas e motoras devem ser avaliadas ao comparar seus avanços consigo próprio, ou seja, seus avanços ao longo do tempo.

Além da avaliação proposta em cada dimensão, o aluno também deverá ser avaliado dentro de outras competências, levando em consideração os valores indispensáveis ao trabalho em equipe. O professor deverá frisar que valores como respeito ao próximo, cooperação, coletividade, espírito esportivo e participação efetiva são indispensáveis dentro de qualquer prática pedagógica em educação física.

#### 4. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nessa perspectiva, a prática pedagógica pode ser organizada em três momentos, relacionados entre si:

- ✓ Primeiro momento: roda de conversa sobre a aula do dia;
- ✓ Segundo momento: vivências e práticas, com intervenção do professor sempre que necessário, com as possíveis variações nos jogos e nas regras;
- ✓ Terceiro momento: roda de conversa sobre o que foi feito na aula (é importante avaliar a aula e programar atividades futuras). Sendo que a qualquer momento, pode-se problematizar com os alunos questões que surgem da prática.

Esses momentos, especificamente, nos anos iniciais do Ensino Fundamental serão delineados por meio de práticas corporais na Educação Física Escolar. Segundo os PCNs (1997), essas práticas corporais permitem ao indivíduo experimentar e expressar um conjunto de características de sua personalidade, de seu estilo pessoal de andar, correr, saltar, girar, lançar, pegar etc. Nessas práticas o aluno explicita para si mesmo e para o outro como é, como se imagina ser, como gostaria de ser e, portanto, conhece e se permite conhecer pelo outro. As práticas corporais são vistas pela Educação Física como potencialidades a serem desenvolvidas nos processos de desenvolvimento global do ser humano, abrangendo os aspectos motores, cognitivos, sociais, afetivos e culturais. Quanto mais domínio sobre os próprios movimentos o indivíduo conquistar, quanto mais conhecimentos construir sobre a especificidade gestual de determinada prática corporal que exerce, mais pode se utilizar dessa mesma linguagem para expressar seus sentimentos, suas emoções e o seu estilo pessoal de forma intencional e espontânea.

Para Freire (2009), o professor ao promover a prática corporal para o desenvolvimento de habilidades motoras nas crianças é importante que a faça utilizando o jogo ou dentro de um contexto de brinquedo e que esta prática corporal seja contextualizada, significativa, isto é, associada a própria cultura da criança, com isso a aula de Educação Física se tornará mais prazerosa e divertida. Utilizando esta prática pedagógica tanto o professor quanto o aluno, compreenderá aquilo que estará realizando, assim o docente será capaz de ratificar o desenvolvimento da cognição (o pensamento) e da motricidade por meio da ação corporal. Com esta compreensão o professor deverá escolher a atividade que irá aplicar, pois ele já tem clareza dos seus efeitos sobre o desenvolvimento da criança. Se puder fazer isso, o professor

será capaz de variar a atividade podendo sempre acrescentar ao aprendido algo que ainda não o foi, provocando desequilíbrios no nível de conhecimento do aluno.

Pensando nisso, para elaboração dos conteúdos nos anos iniciais do Ensino Fundamental serão utilizados, como referência, os PCNs (1997), Freire (2009) e Freire & Scaglia (2009), que sugerem os seguintes temas anuais para a construção do currículo da Educação Física:

1. Atividade de sensibilização corporal; 2. Jogos simbólicos; 3. Jogos de construção; 4. Jogos de regras; 5. Rodas cantadas; 6. Brincadeiras populares; 7. Ginástica geral; 8. Ritmo, Movimento e Danças: dança folclórica e circulares sagradas; 9. Lutas simples; 10. Jogos Pré-desportivos; 11. Atividades de fundamentação do esporte; 12. Jogos Cooperativos; 13. Alongamento e aquecimento de forma descontraída entre outros.

Dessa forma, a utilização dessas práticas corporais nos anos iniciais do Ensino Fundamental como expressão, comunicação e linguagem deve dar-se por meio de diversificadas vivências educacionais e estar conectada a significados da cultura dos alunos. Portanto, é de suma importância que os professores levem em consideração o **desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor** do aluno na aplicação desses conteúdos. Com isso, o professor ao observar se o aluno procura sempre os mesmos companheiros, se tem dificuldades ou facilidades na participação em diferentes grupos, se consegue resolver conflitos pessoais e do grupo, se solicita e possibilita a intervenção do professor e dos demais colegas quando tem dificuldades, ele estará desenvolvendo a parte **afetiva** da criança. Ao observar se o aluno consegue desenvolver as atividades, comunicar-se com os colegas, criar estratégias para atingir os objetivos, superando possíveis limitações, perceber aplicações cotidianas das atividades, articular noções de espessura, volume, tamanho, textura, tempo, espaço, velocidade, o professor estará desenvolvendo a parte **cognitiva** do aluno. O desenvolvimento **motor** do aluno é representado pelas habilidades motoras, pelas capacidades perceptivo-motoras e pelas capacidades físicas e motoras. As habilidades motoras se dividem em: coordenação (combinar diversos grupos musculares); locomoção (andar, correr, saltar, escalar); manipulação (receber, pegar, rebater, arremessar, chutar); equilíbrio (ficar em pé, sentar, equilíbrio com e sem materiais, paradas de mãos, rolamentos). As capacidades perceptivo-motoras se dividem em: lateralidade (utilizar os dois lados do corpo, movimentos em diferentes direções); orientação tempo espaço (chutar, recepcionar, lançar, rebater). E as capacidades físicas e motoras que são: a força (parada de mão, arremesso, chute) e a flexibilidade (alongamento durante as aulas).